COLLECÇÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1871.

TOMO XXXI. PARTE I.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

RIO DE JANEIRO.
TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1871.

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DE

1871

PARTE I.

Pags.

N. 1913. — Lei de 17 de Maio de 1871.—Outorga o consentimento, de que trata o art. 104 da Constituição, para que Sua Magestade o Imperador possa sahir do Imperio, e declara que, durante sua ausencia, governará como Regente a Princeza Imperial a Senhora D. Izabel..... 1

N. 1914. — Decreto de 23 de Maio de 1871 — Approva as pensões concedidas a D. Angela Maria do Sacramento Moraes, e a outros..... 3

N. 1915. — Decreto de 23 de Maio de 1871.— Concede isenção de direitos de importação ao material necessario para canalisação de agua potavel na cidade de Lavras da Provincia de Minas Geraes..... 4

N. 1916. — Decreto de 23 de Maio de 1871. — Concede isenção de direitos de importação a todos os materiaes necessarios para a construcção da ponte de ferro sobre o rio Maceió na Provincia das Alagôas..... 5

Pags.

N. 1917. — Decreto de 3 de Junho de 1871. — Concede á companhia ou empreza que se organizar para construir uma estrada de ferro na margem do Jequitinhonha isenção de direitos de importação quanto ao respectivo material, e outros favores 6

N. 1918. — Decreto de 3 de Junho de 1871. — Reduz a 1:000$000 por anno as prestações da divida por que Thomaz Pedreira Geremoabo está obrigado para com a Fazenda Nacional 7

N. 1919. — Decreto de 3 de Junho de 1871. — Autoriza o Governo para conceder á Companhia Rio-Grandense, da estrada de ferro de Porto Alegre a Hamburg-Berg, do municipio de S. Leopoldo, os favores abaixo indicados..... 8

N. 1920. — Decreto de 14 de Junho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Leopoldina Mathildes da Costa Doria, viuva do Capitão Antonio da Vera-Cruz Doria, e outra..... 9

N. 1921. — Decreto de 14 de Junho de 1871. — Approva a pensão de 36$000 mensaes concedida a João José Pereira de Azurar, Alferes do extincto 27.º corpo de voluntarios da patria 10

N. 1922. — Decreto de 14 de Junho de 1871. — Declara dever entender-se tambem com os menores Gabriella, Delfina, Adelaide, João e José a pensão concedida aos filhos do Coronel João Kiederauer Sobrinho, e contém outras declarações 11

N. 1923. — Decreto de 14 de Junho de 1871. — Declara que a isenção concedida ás emprezas de que trata o Decreto n.º 1728 de 29 de Setembro de 1869, comprehende não só o material destinado á construcção, como todas as machinas e material rodante que forem necessarios para o transporte de cargas e passageiros, e estabelecimento de officinas..... 12

N. 1924. — Decreto de 21 de Junho de 1871. — Approva o Decreto n.º 4381 de 24 de Agosto de 1870, que concede privilegio a Francisco Windhausen para introducção no paiz de machinas de sua invenção..... 13

N. 1925. — Decreto de 23 de Junho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o estudante Francisco Soares Bernardes de Gouvêa 14

N. 1926. — Decreto de 23 de Junho de 1871. — Declara que a pensão concedida ao Cabo de Esquadra do 1.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Lourenço de Vasconcellos, entende-se com o Cabo do mesmo corpo João Lourenço de Vasconcellos. 15

N. 1927. — Decreto de 23 de Junho de 1871. — Approva a pensão de 39$ mensaes concedida a D. Julia Emilia de Moraes 16

Pags.

N. 1928. — Decreto de 23 de Junho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Herculana Candida Pimentel, e a outras..... 17

N. 1929. — Decreto de 28 de Junho de 1871.—Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador José Baptista Lisboa..... 18

N. 1930. — Decreto de 28 de Junho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar pagar a D. Anna Gertrudes Tavares Rodrigues o meio soldo que lhe competir pelo fallecimento de seu filho o Alferes de commissão Procopio Antonio Rodrigues. 19

N. 1931. — Decreto de 28 de Junho de 1871. — Approva a pensão de 1:200$000, concedida ao Brigadeiro honorario do exercito Dr. Francisco Pinheiro Guimarães..... 20

N. 1932. — Decreto de 28 de Junho de 1871.— Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Virgolino José de Sampaio, e a outros..... 21

N. 1933. — Decreto de 28 de Junho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 13.º batalhão de infantaria Manoel Simplicio dos Santos, e a outros..... 22

N. 1934. — Decreto de 8 de Julho de 1871. — Approva a pensão de 120$ mensaes concedida a D. Clara Angelica Xavier Fagundes, viuva do Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza..... 23

N. 1935. — Decreto de 8 de Julho de 1871. — Approva a pensão de 1:000$ annual, concedida por Decreto de 14 de Setembro de 1870 a D. Brazilia Augusta Chaves Botelho..... 24

N. 1936. — Decreto de 8 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao 2.º Sargento do 24.º corpo de voluntarios da patria João Pires Maciel, e a outros..... 25

N. 1937. — Decreto de 8 de Julho de 1871.— Approva o Decreto de 9 de Novembro de 1870, em que se declara que a pensão concedida ao Cabo clarim do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Ismael Antonio de Souza, deve entender-se ao Cabo do mesmo corpo Ismael Antonio da Silva..... 26

N. 1938. — Decreto de 8 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida ao soldado reformado do 2.º corpo de voluntarios da patria Francisco de Paula do Sacramento..... 27

N. 1939. — Decreto de 8 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao voluntario da patria, addido ao Asylo de Invalidos, Pedro Antonio de Freitas, e a outros..... 28

N. 1940. — Decreto de 8 de Julho de 1871.— Approva o Decreto de 30 de Novembro de 1870, que de-

Pags.

clara que a pensão concedida por Decreto de 18 de Maio, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1874, deve entender-se concedida ao soldado do 33.º corpo de voluntarios da patria Benedicto Custodio Bueno..... 29

N. 1941. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva o Decreto n.º 4621 de 4 de Novembro de 1870, concedendo a Emilio Salvador Ascagne privilegio para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira..... 30

N. 1942. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida a Ellen Harfield, viuva do machinista de 1.ª classe, 2.º Tenente graduado da Armada Roberto Harfield..... 31

N. 1943. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida aos filhos menores do Alferes do corpo policial da Provincia do Rio de Janeiro José Moreira de Mattos..... 32

N. 1944. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 27.º corpo de voluntarios da patria Mamede Antonio de Amorim, e a outros..... 33

N. 1945. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 49.º corpo de voluntarios da patria Agostinho Angelo da Silva, e a outros..... 34

N. 1946. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida ao soldado do 1.º batalhão de infantaria Firmino José dos Santos..... 35

N. 1947. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida ao Alferes do 3.º batalhão de infantaria João Soares Baptista Machado.. 36

N. 1948. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida ao Tenente graduado do 20.º batalhão de infantaria Augusto Julio Lacasse..... 37

N. 1949. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 2.º regimento de cavallaria ligeira João Belchior da Silva, e a outro..... 38

N. 1950. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para conceder carta de naturalisação a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 annos, e tendo residido no Brasil ou fóra delle, em seu serviço por mais de dous annos... 39

N. 1951. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Domingos Lyra da Silva..... 40

N. 1952. — Decreto de 12 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno João Baptista Monteiro de Miranda Ribeiro.. 41

Pags.

N. 1933. — Lei de 17 de Julho de 1871. — Abrindo um credito de 20.000:000$, para o prolongamento da Estrada de ferro de D. Pedro II, e dando providencias para o das estradas de ferro subvencionadas pelo Thesouro Nacional..... 42

N. 1934. — Decreto de 17 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para duas vias ferreas contractadas pelo Presidente da Provincia das Alagôas..... 44

N. 1935. — Decreto de 17 de Julho de 1871. — Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação do Rio de Janeiro Conselheiro José Ignacio Vaz Vieira..... 45

N. 1936. — Decreto de 17 de Julho de 1871. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Conselheiro Francisco José Furtado em um lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro..... 46

N. 1937. — Decreto de 20 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo estudante João de Moraes Vieira da Cunha..... 47

N. 1938. — Decreto de 20 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 3.º anno medico da Faculdade da Côrte o pharmaceutico approvado José Borges Ribeiro da Costa..... 48

N. 1939. — Decreto de 20 de Julho de 1871. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Luiz Rodolpho Duque-Estrada Sayão..... 49

N. 1960. — Decreto de 24 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Leopoldina Lopes dos Reis, e a outras..... 50

N. 1961. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida a Belmira de Mascarenhas Arouca, irmã do 2.º Tenente de artilharia Pedro de Mascarenhas Arouca..... 51

N. 1962. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida a D. Custodia Carolina Augusta de Souza, viuva do Dr. Braz Florentino Henriques de Souza..... 52

N. 1963. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Ephigenia Joaquina de Souza e Mello, e a outras..... 53

N. 1964. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Luiza da Costa Ferreira da Luz, e a outra..... 54

N. 1965. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva a pensão concedida a D. Maria Thereza dos Reis, filha do finado Francisco Sotero dos Reis. 55

Pags.

N. 1966. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Nogueira da Silva Amaral, e a outros 56

N. 1967. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Roza Maria Vieira de Macedo, e a outras..... 57

N. 1968. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao Capitão honorario do exercito Fernando Pacifico de Aguiar Montarroyos, e a outras..... 58

N. 1969. — Decreto de 26 de Julho de 1871. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 30.º corpo de voluntarios da patria Angelo Rodrigues do Nascimento, e a outros..... 59

N. 1970. — Decreto de 2 de Agosto de 1871. — Approva a pensão de 36$ mensaes concedida a D. Joanna Marcolina Sampaio..... 60

N. 1971. — Decreto de 2 de Agosto de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Carolina Francisca de Sá Godinho, e a outras 61

N. 1972. — Decreto de 2 de Agosto de 1871. — Approva a pensão concedida ao Alferes reformado do exercito Olympio Aurelio de Lima Camara ... 63

N. 1973. — Lei de 9 de Agosto de 1871. — Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1872—73... 64

N. 1974. — Decreto de 9 de Agosto de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Emiliana da Rocha Fragoso, e a outros..... 65

N. 1975. — Decreto de 9 de Agosto de 1871. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Amalia dos Santos Amaral, e a outro 67

N. 1976. — Decreto de 16 de Agosto de 1871. — Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Côrte os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo pelo estudante José Augusto Monteiro de Godoy..... 68

N. 1977. — Decreto de 16 de Agosto de 1871. — Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os exames de preparatorios feitos na Escola de Marinha pelo estudante Carlos Gomes Ribeiro da Luz..... 69

N. 1978. — Decreto de 16 de Agosto de 1871. — Autoriza o Governo para mandar aceitar em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de portuguez e historia feitos na Escola de Marinha pelo estudante Henrique Graça ... 70

N. 1979. — Decreto de 16 de Agosto de 1871. — Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer das Faculdades de Medicina os exames prestados pelo alumno Manoel dos Santos Marques nas Escolas de Marinha e Central 71

Pags.

N. 1980. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames de preparatorios feitos na Escola de Marinha pelo alumno Joaquim Francisco Leal Junior 72

N. 1981. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames prestados pelo alumno Illidio Leopoldo da Silva na Escola de Marinha 73

N. 1982. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames prestados pelo alumno Dermeval José da Fonseca na Escola de Marinha 74

N. 1983. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte João Rufino Brandão, aceitando-se-lhe o exame de geographia prestado na Escola Militar 75

N. 1984. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.— Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, o alumno Carlos Carneiro de Barros e Azevedo, considerando-se valido o exame de inglez por elle prestado na Escola de Marinha 76

N. 1985. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Direito do Recife os exames feitos na de Medicina da Bahia pelo alumno Jeronymo Moniz Ferrão de Aragão 77

N. 1986. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Côrte os exames feitos na Escola de Marinha pelo alumno Joaquim Marcellino de Brito Netto, a fim de que se possa matricular na mesma Faculdade 78

N. 1987. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar valido na Faculdade de Medicina da Côrte o exame de portuguez prestado pelo alumno Joaquim José Torres Cotrim na Escola de Marinha, e matricular o dito alumno no 1.º anno medico 79

N. 1988. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo a mandar aceitar nas Faculdades de Medicina os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo estudante Alberto Ulysses Ribeiro Lopes 80

N. 1989. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.— Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo alumno José Zeferino Ferreira Vellozo 81

Pags.

N. 1990. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos para a matricula no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife os exames de preparatorios feitos pelo alumno Julio Pereira de Carvalho na Faculdade de Medicina da Bahia..... 82

N. 1991. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar aceitar como válidos em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de latim, francez, arithmetica e geometria feitos pelo alumno Matheus Vaz de Oliveira na Faculdade de Direito do Recife..... 83

N. 1992. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar que sejam válidos na Faculdade medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno José Fernandes Dias na Escola de Marinha..... 84

N. 1993. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo alumno Juventino Ignacio Selva..... 85

N. 1994. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar válido na Faculdade de Medicina da Côrte o exame de portuguez prestado pelo alumno Rodrigo Lopes de Brito na Escola de Marinha..... 86

N. 1995. — Decreto de 16 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno Pedro Regalado Epiphanio Baptista... 87

N. 1996. — Lei de 16 de Agosto de 1871. —Marca ajudas de custo aos Sacerdotes eleitos e confirmados Bispos..... 88

N. 1997. — Lei de 19 de Agosto de 1871.—Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1872—1873... 89

N. 1998. — Decreto de 23 de Agosto de 1871.— Concede duas loterias á Devoção de Nossa Senhora da Piedade, instituida na Igreja da Santa Cruz dos Militares e ora erecta na Matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte 91

N. 1999. — Decreto de 23 de Agosto de 1871.—Concede cinco loterias á Irmandade de Nossa Senhora da Batalha, erecta na Matriz de Sant'Anna do Municipio da Côrte..... 92

N. 2000. — Decreto de 23 de Agosto de 1871.— Concede tres loterias para a conclusão das obras da Matriz de S. João Baptista da Lagôa do Municipio da Côrte..... 93

N. 2001. — Decreto de 23 de Agosto de 1871.—Concede dez loterias para a continuação das obras da Matriz de Nossa Senhora da Gloria do Municipio da Côrte 94

Pags.

N. 2002. — Decreto de 24 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para conceder a João José Fagundes de Rezende e Silva privilegio exclusivo por noventa annos para lavrar os rios Cayapó, Maranhão e seus affluentes 95

N. 2003. — Decreto de 24 de Agosto de 1871.—Augmenta e regula as ajudas de custo a que têm direito os Presidentes de Provincia..... 96

N. 2004. — Decreto de 24 de Agosto de 1871.—Approva a pensão concedida a D. Hermelinda de Carvalho Moura..... 97

N. 2005. — Decreto de 24 de Agosto de 1871.—Approva as pensões concedidas ao Alferes do 3.º batalhão de infantaria Norberto de Carvalho e Andrade, e a outros 98

N. 2006. — Decreto de 24 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao Desembargador Francisco da Serra Carneiro..... 99

N. 2007. — Decreto de 30 de Agosto de 1871.—Concede doze loterias para a conclusão das obras da matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte 100

N. 2008. — Decreto de 30 de Agosto de 1871.—Prorroga por mais 20 annos a duração do Banco do Maranhão..... 101

N. 2009. — Decreto de 30 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo a jubilar o Conselheiro João Chrispiniano Soares, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos 104

N. 2010. — Decreto de 30 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, lente da 2.ª cadeira do 3.º anno da Faculdade de Direito do Recife. 105

N. 2011. — Decreto de 30 de Agosto de 1871.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Antonio Francisco Meirelles Leal..... 106

N. 2012. — Decreto de 6 de Setembro de 1871.—Autoriza o governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos a conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira 107

N. 2013. — Decreto de 6 de Setembro de 1871.—Declara que a pensão concedida a cada um dos filhos do Brigadeiro João Manoel Menna Barreto vigorará com a clausula—sem prejuizo do meio soldo que lhes competir—, na fórma das leis existentes 107

N. 2014. — Decreto de 6 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para mandar considerar vá-

Pags.

lidos em qualquer Academia do Imperio os exames preparatorios feitos pelo alumno Joaquim Olympio de Paiva.... 108

N. 2015. — Decreto de 6 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular em qualquer das Faculdades e Escolas do Imperio a Antonio Amazonas de Almeida e Joaquim Ignacio Amazonas de Almeida 109

N. 2016. — Decreto de 6 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para jubilar o Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos 110

N. 2017. — Decreto de 9 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo a facultar aos concessionarios da estrada de ferro-carril na cidade de Nictheroy isenção de direitos para todo o material necessario a construcção e custeio da mesma estrada 111

N. 2018. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Isenta temporariamente do imposto de loterias o estabelecimento do Montepio dos Servidores do Estado..... 112

N. 2019. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Dispensa a viuva do Capitão Joaquim Soares de Figueiredo de restituir aos cofres publicos a quantia de 1:657$566..... 113

N. 2020. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador da Relação do Maranhão José Pereira da Graça. 114

N. 2021. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar pagar a importancia dos ordenados, que forem devidos ao Desembargador Caetano José da Silva Santiago .. 114

N. 2022. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador da Relação da Côrte, Adjunto do Tribunal do Commercio, Firmino Rodrigues Silva..... 115

N. 2023. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Approva o Decreto n.º 4737 de 7 de Junho de 1871, relativo ao privilegio concedido a João Antonio Rodrigues Martins & C.ª, para a introducção de barcos destinados á pesca ou á conducção de peixe vivo 116

N. 2024. — Decreto de 11 de Setembro de 1871. — Approva o art. 7.º dos estatutos da Companhia Locomotora 117

N. 2025. — Decreto de 12 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Aristides Arminio Guarana 118

Pags.

N. 2026. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Juliano José de Amorim Gomes..... 119

N. 2027. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Cesario de Almeida Nobre de Gusmão..... 120

N. 2028. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo a mandar admittir á matricula na Escola Central o alumno ouvinte Emygdio Cavalcante de Mello..... 121

N. 2029. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo a mandar admittir o Tenente Coronel Floriano Vieira Peixoto a fazer exame de mineralogia, a fim de que possa obter o grao de Bacharel em sciencias mathematicas e physicas..... 122

N. 2030. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Approva as pensões concedidas a D. Anna Joaquina de Brito Favilla, e outros..... 123

N. 2031. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Approva a pensão mensal concedida a D. Francisca Rosa de Alvim Paraguassu..... 124

N. 2032. — Decreto de 12 de Setembro de 1871.—Approva as pensões diarias concedidas ao soldado do 33.º corpo de voluntarios da patria Antonio Felinto de Almeida, e outros..... 125

N. 2033. — Lei de 20 de Setembro de 1871.—Altera differentes disposições da Legislação Judiciaria. 126

N. 2034. — Decreto de 20 de Setembro de 1871.—Approva as pensões concedidas ao soldado de infantaria Leoncio José Corrêa, e outros..... 140

N. 2035. — Decreto de 23 de Setembro de 1871.—Determina que a Lei n.º 1836 de 27 de Setembro de 1870 continue em vigor no 1.º semestre do exercicio de 1872—73, com diversas alterações, se antes não fôr promulgada a respectiva lei de orçamento..... 141

N. 2036. — Decreto de 27 de Setembro de 1871.—Concede á administração do Hospicio de Pedro II vinte loterias para a continuação das obras de accrescentamento do seu edificio..... 142

N. 2037. — Decreto de 27 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material e trem rodante para o ferro-carril da Cidade de S. Luiz do Maranhão e seus suburbios..... 143

N. 2038. — Decreto de 27 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material fixo e fluctuante da empreza de navegação a vapor no canal de Campos a Macahé. 144

BIBLIOTECA DA CAMARA

Pags.

N. 2039. — Decreto de 27 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material necessario ás obras da Companhia Santa Thereza, estabelecida na capital de Pernambuco, bem como ás materias primas para a illuminação a gaz da cidade de Olinda..... 145

N. 2040. — Lei de 28 de Setembro de 1871.—Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos 147

N. 2041. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Escola Central o alumno José Joaquim da Gama Malcher..... 152

N. 2042. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Declara que a disposição do Decreto n.º 1565 de 6 de Junho de 1868 comprehende tambem os artigos importados para as obras, a que se refere o mesmo Decreto, antes da sua promulgação... 153

N. 2043. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Approva as pensões concedidas ao Tenente-General Marquez do Herval, e a outros..... 154

N. 2044. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Approva as pensões concedidas ao soldado de voluntarios da patria Jacintho José de Oliveira, e outros..... 155

N. 2045. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Approva as pensões concedidas ao soldado do 2.º regimento de cavallaria ligeira Manoel Tristão de Miranda, e a outros 156

N. 2046. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Francisco Borges Marques..... 158

N. 2047 — Decreto de 28 de Setembro de 1871.— Autoriza o Governo para mandar admittir a matricula do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Leopoldo Gustavo Rodrigues da Costa..... 159

N. 2048. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para mandar admittir a matricula do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Guilherme Frederico Victorio da Costa..... 160

N. 2049. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Pedro Muniz Barreto de Aragão 161

N. 2050. — Decreto de 28 de Setembro de 1871.— Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Antonio Francisco Pereira de Carvalho. 162

Pags.

N. 2031. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno José Moreira da Silva Junior 163

N. 2032. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno Manoel Carlos Devoto..... 164

N. 2033. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Francisco Duarte Cruz Netto. 165

N. 2034. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo o alumno Francisco Eulalio do Nascimento e Silva 166

N. 2035. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Carlos Fernandes Eiras..... 167

N. 2036. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno José Antonio de Almeida 168

N. 2037. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Olympio de Barcellos..... 169

N. 2038. — Decreto de 28 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Edgard Luiz de Gouvêa..... 170

N. 2039. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte João Baptista de Castro Rabello Junior. 171

N. 2060. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Gaspar Menezes Vasconcellos de Drummond Filho..... 172

N. 2061. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Côrte o alumno Alfredo Augusto da Costa Machado 173

N. 2062. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Manoel da Silva Queiroz..... 174

N. 2063. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Isaias Guedes de Mello..... 175

Pags.

N. 2064. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante José Ferreira de Bastos Coelho.... 176

N. 2065. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar considerar validos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os exames de latim e francez feitos pelo alumno Francisco José de Oliveira na Instrucção Publica da Côrte..... 177

N. 2066. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Declara que os exames de preparatorios feitos em qualquer das Faculdades de Direito e de Medicina e das Escolas Central, Militar e de Marinha serão validos em todas essas Faculdades e Escolas..... 178

N. 2067. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Bahia o alumno ouvinte Saturnino Ferreira de Carvalho..... 179

N. 2068. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 5.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia, a que assiste como ouvinte, o alumno Pedro Augusto Pereira da Cunha..... 180

N. 2069. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Frederico Augusto Borges..... 181

N. 2070. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte do mesmo anno Helvecio Xavier Lopes..... 182

N. 2071. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade da Corte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco Bahia da Rocha Junior..... 183

N. 2072. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Manoel Pinto Damaso..... 184

N. 2073. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Melchiades Corrêa Garcia..... 185

N. 2074. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante José Bandeira de Mello..... 186

PAGS.

N. 2075. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno Marcos Rodrigues de Jesus Madeira. 187

N. 2076. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno João Antonio de Barros Henriques..... 188

N. 2077. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno Benedicto Galvão Pereira Baptista 189

N. 2078. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico o estudante do curso pharmaceutico Martinho Gomes Freire de Andrade..... 190

N. 2079. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno do curso pharmaceutico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte do mesmo anno Nicolao Lobo Vianna..... 191

N. 2080. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno ouvinte Auxencio da Costa Lima..... 192

N. 2081. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Adolpho Tacio da Costa Cirne..... 193

N. 2082. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os alumnos ouvintes Vicente Ferreira Souto Maior e José da Cunha Souto Maior..... 194

N. 2083. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte Augusto Cesar das Chagas 195

N. 2084. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno João Manoel Guedes Alcoforado..... 196

N. 2085. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º

PAGS.

anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte João Baptista Barbosa Guimarães..... 197

N. 2086. — Decreto de 30 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para conceder ao 2.º Official da Secretaria da Guerra, Modesto Benjamim Lins de Vasconcellos, um anno de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier..... 198

N. 2087. — Decreto de 30 de Setembro de 1871.— Autoriza o Governo a mandar admittir o alumno Joaquim Diniz Cordeiro aos exames do 3.º anno da Escola de Marinha, depois de approvado nas materias da 1.ª cadeira do 2.º anno..... 199

N. 2088. — Decreto de 30 de Setembro de 1871. — Autoriza o Governo para mandar matricular no 2.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno do 2.º anno pharmaceutico Antonio Vieira de Rezende..... 200

N. 2089. — Decreto de 30 de Setembro de 1871.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 2.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte Francisco Rodrigues de Camargo..... 201

N. 2090. — Decreto de 2 de Setembro de 1871. — Approva as pensões concedidas a Angelica Maria de Jesus, e a outra..... 202

BIBLIOTHÈQUE
DES DÉPARTEMENTS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO.

1871.

LEI N. 1913 — DE 17 DE MAIO DE 1871.

Outorga o consentimento, de que trata o art. 104 da Constituição, para que Sua Magestade o Imperador possa sahir do Imperio, e declara que, durante sua ausencia, governará como Regente a Princeza Imperial Sra. D. Izabel.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.° E' outorgado o consentimento, de que trata o art. 104 da Constituição, para que Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II possa sahir do Imperio.

Art. 2.° Durante a ausencia de Sua Magestade o Imperador, governará em seu lugar a Princeza Imperial a Senhora D. Isabel, como Regente, com as attribuições que competem ao Poder Moderador e ao chefe do Poder Executivo.

BIBLIOTHECA DA CAMARA

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça cumprir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Maio de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, outorgando o consentimento de que trata o art. 104 da Constituição, e declarando que na ausencia de Vossa Magestade Imperial governará, como Regente, a Princeza Imperial a Senhora D. Izabel.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Luiz Ferreira da Silva Cabral a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 24 de Maio de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Maio de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 1914 — DE 23 DE MAIO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Angela Maria do Sacramento Moraes, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 6 de Setembro de 1870, a saber:

Pensões mensaes: de 42$000 a D. Angela Maria do Sacramento Moraes, viuva do Alferes do Corpo Policial da Provincia de Sergipe, e Tenente em commissão, Antonio José de Moraes, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 42$000 a D. Maria Amalia Macedo Goulart, mãi do Tenente de voluntarios da patria Eugenio de Macedo Goulart, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate: de 36$000, sem prejuizo do meio soldo que possa lhe competir, a D. Constantina Joaquina Serapião, viuva do Tenente do exercito Manoel Francisco Serapião, e mãi do 2.° Cadete e Alferes em commissão no 12.° batalhão de infantaria, Graciliano Ambrosio Serapião, morto em combate.

Pensão diaria: de 500 rs. ao Cabo de Esquadra do 50.° corpo de voluntarios da patria Deolindo Ferreira de Vasconcellos.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Maio de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitado em 27 de Maio de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 29 de Maio de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1915 — DE 23 DE MAIO DE 1871.

Concede isenção de direitos de importação ao material necessario para canalisação de agua potavel na cidade de Lavras, da Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação ao material necessario para canalisação de agua potavel na cidade de Lavras, da Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Maio de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1916 — DE 23 DE MAIO DE 1871.

Concede isenção de direitos de importação a todos os materiaes necessarios para a construcção da ponte de ferro sobre o rio Maceió, na Provincia das Alagôas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação a todos os materiaes necessarios para a construcção da ponte de ferro sobre o rio Maceió, na Provincia das Alagôas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Maio de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1917 — DE 3 DE JUNHO DE 1871.

Concede á companhia ou empreza que se organizar para construir uma estrada de ferro na margem do Jequitinhonha isenção de direitos de importação quanto ao respectivo material, e outros favores.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para conceder á companhia ou empreza que se organizar para construir uma estrada de ferro na margem do rio Jequitinhonha, desde o sitio denominado Cachoeirinha, na Provincia da Bahia, até Saul'Anna ou Arassuahy, na de Minas Geraes, isenção de direitos de importação quanto ao material destinado á sua construcção, e os mais favores concedidos ás estradas de ferro das Provincias da Bahia e Pernambuco, exceptuada a garantia de juros.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim tenha entendido e o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1918 — DE 3 DE JUNHO DE 1871.

Reduz a 1:000$000 por anno as prestações da divida por que Thomaz Pedreira Geremoabo está obrigado para com a Fazenda Nacional.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam reduzidas a 1:000$000 por anno as prestações de 3:000$000, que a Thomaz Pedreira Geremoabo foram concedidas pelo Tribunal do Thesouro em virtude da Resolução Legislativa n.° 702 de 26 de Agosto de 1853, para pagar á Fazenda Nacional a quantia de 27:632$536, da divida a que ficou obrigado como fiador de José de Cerqueira Lima e Evans & Comp.

Art. 2.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1919 — DE 3 DE JUNHO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder á Companhia Rio-Grandense, da estrada de ferro de Porto Alegre a Hamburg-Berg, do municipio de S. Leopoldo, os favores abaixo indicados.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para conceder á Companhia Rio-Grandense, da estrada de ferro de Porto Alegre a Hamburg-Berg, do municipio de S. Leopoldo, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, com excepção da garantia de juros.

Art. 2.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 15 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 18 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1920 — DE 14 DE JUNHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Leopoldina Mathildes da Costa Doria, viuva do Capitão Antonio da Vera-Cruz Doria, e outra.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as pensões concedidas por Decretos de 31 de Agosto de 1870: de 30$000 mensaes a D. Leopoldina Mathildes da Costa Doria, viuva do Capitão do exercito Antonio da Vera-Cruz Doria, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; e de 21$000 mensaes a D. Maria Valerida de Paula Barros, viuva do Tenente do exercito Francisco de Paula Barros, morto em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas desde a data dos referidos Decretos, sem prejuizo do meio soldo a que as agraciadas possam ter direito.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Junho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Junho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1921 — DE 14 DE JUNHO DE 1871.

Approva a pensão de 36$000 mensaes concedida a João José Pereira de Azurar, Alferes do extincto 27.º corpo de voluntarios da patria.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvada a pensão de 36$000 mensaes concedida, por Decreto de 31 de Agosto de 1870, a João José Pereira de Azurar, Alferes do extincto 27.º corpo de voluntarios da patria, invalidado em consequencia de ferimento recebido em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Junho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Junho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1922 — DE 14 DE JUNHO DE 1871.

Declara dever entender-se tambem com os menores Gabriella, Delfina, Adelaide, João e José, a pensão concedida aos filhos do Coronel João Niederauer Sobrinho, e contém outras declarações.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° A pensão de 60$ mensaes, concedida repartidamente aos filhos do Coronel João Niederauer Sobrinho, pelo Decreto de 11 de Agosto de 1869, deve tambem entender-se com os menores Gabriella, Delfina, Adelaide, João e José, filhos do mesmo Coronel, o qual falleceu em consequencia de ferimento grave recebido no combate de 11 de Dezembro de 1868, junto ao arroio Avahy, e não no combate de Itororó, como se acha no supracitado Decreto; sendo a pensão aos menores João e José sómente até a sua maioridade, como declara o Decreto de 6 de Outubro do mesmo anno.

Art. 2.° Esta pensão será paga do Decreto de 11 de Agosto de 1869.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Junho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Junho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

BIBLIOTHECA DA CAMARA

DECRETO N. 1923 — DE 14 DE JUNHO DE 1871.

Declara que a isenção concedida ás emprezas de que trata o Decreto n.º 1728 de 29 de Setembro de 1869, comprehende não só o material destinado á construcção, como todas as machinas e material rodante que forem necessarios para o transporte de cargas e passageiros, e estabelecimento de officinas.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A isenção concedida ás emprezas de que trata o Decreto n.º 1728 de 29 de Setembro de 1869, comprehende não só o material destinado á construcção, como todas as machinas e material rodante, que forem necessarios para o transporte de cargas e passageiros, e estabelecimento de officinas: cessando a isenção logo que estejam concluidas as estradas a que se refere o mesmo Decreto.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 16 de Agosto de 1871.—*José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1924 — DE 21 DE JUNHO DE 1871.

Approva o Decreto n.º 4581 de 24 de Agosto de 1870, que concede privilegio a Francisco Wiñdhausen para introducção no paiz de machinas de sua invenção.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' approvado o Decreto n.º 4581 de 24 de Agosto de 1870, que concedeu privilegio a Francisco Windhausen para introducção no paiz de machinas de sua invenção, destinadas a refrigerar o ar atmospherico e rebaixar a temperatura nas casas, fabricas e navios.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e um de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 28 de Junho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em o 1.º de Julho de 1871. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

BIBLIOTHECA

DECRETO N. 1925 — DE 23 DE JUNHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o estudante Francisco Soares Bernardes de Gouvêa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir á matricula do 1.º anno medico, na Faculdade da Côrte, o estudante Francisco Soares Bernardes de Gouvêa, sendo-lhe dispensados alguns mezes que lhe faltam para attingir á idade legal.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 3 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.* —Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 1926 — DE 23 DE JUNHO DE 1871.

Declara que a pensão concedida ao Cabo de Esquadra do 1.° corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Lourenço de Vasconcellos, entende-se com o Cabo do mesmo corpo João Lourenço de Vasconcellos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° A pensão de 500 réis diarios, concedida por Decreto de 13 de Novembro de 1869, e approvada pelo Decreto Legislativo n.° 1798 de 30 de Junho de 1870, ao Cabo de Esquadra do 1.° corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Lourenço de Vasconcellos, deve entender-se como concedida ao Cabo de Esquadra do mesmo corpo João Lourenço de Vasconcellos.

Art. 2.° Esta pensão será paga desde 13 de Novembro de 1869, data da primeira concessão.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em o 1.° de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 3 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

BIBLIOTHECA DA CAMARA

DECRETO N. 1927 — DE 23 DE JUNHO DE 1871.

Approva a pensão de 30$ mensaes, concedida a D. Julia Emilia de Moraes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão de 30$000 mensaes, concedida por Decreto de 6 de Setembro de 1870, a D. Julia Emilia de Moraes, mãi do Capitão do 4.° corpo de caçadores a cavallo Miguel Ribeiro de Moraes, morto em combate.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto, sem prejuizo do meio soldo que por lei possa competir á agraciada.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em o 1.° de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 3 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1928 — DE 23 DE JUNHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Herculana Candida Pimentel, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 9 de Novembro de 1870 : de 42$ mensaes, sem prejuizo do montepio que lhe possa competir, a D. Herculana Candida Pimentel, mãi do 2.° Tenente da armada Marcos Augusto Pimentel, fallecido em consequencia de enfermidades adquiridas na esquadra em operações contra o ex-presidente da Republica do Paraguay ; de 30$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que possa lhe competir, a D. Alexandrina Delphina de Castro, e de igual quantia, repartidamente, aos menores Antonia, Maria e José, aquella viuva, e estes filhos do Capitão do corpo policial da Provincia do Ceará Antonio Maria de Castro, sendo a pensão concedida ao menor varão paga sómente até sua maioridade.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em o 1.° de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 3 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

BIBLIOTHECA DA CAMARA

DECRETO N. 1929 — DE 28 DE JUNHO DE 1871.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador José Baptista Lisboa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado a conceder ao Desembargador da Relação da Côrte, adjunto do Tribunal do Commercio e Ministro adjunto do Conselho Supremo Militar de Justiça, José Baptista Lisboa, um anno de licença com todos os seus vencimentos, quér de um, quér de outro tribunal, para tratar de sua saude na Côrte, ou fóra della.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 1930 — DE 28 DE JUNHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar pagar a D. Anna Gertrudes Tavares Rodrigues o meio soldo que lhe competir pelo fallecimento de seu filho o Alferes de commissão Procopio Antonio Rodrigues.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar pagar a D. Anna Gertrudes Tavares Rodrigues o meio soldo que lhe competir pelo fallecimento de seu filho o Alferes de commissão do 6.° batalhão de infantaria do exercito Procopio Antonio Rodrigues.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicou-se nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 6 de Julho de 1871.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 1931 — DE 28 DE JUNHO DE 1871.

Approva a pensão de 1:200$000, concedida ao Brigadeiro honorario do exercito Dr. Francisco Pinheiro Guimarães.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão annual de 1:200$000, concedida por Decreto de 20 de Outubro de 1870, ao Brigadeiro honorario do exercito Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, em attenção aos distinctos e relevantes serviços que prestou na guerra contra o governo do Paraguay.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 7 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 8 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1932 — DE 28 DE JUNHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.° corpo de voluntarios da pátria Virgolino José de Sampaio, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 18 de Fevereiro de 1871: de 400 réis aos soldados, do 24.° corpo de voluntarios da patria Virgolino José de Sampaio, do 27.° Romão José de Lima, do 28.° Vicente Gomes Pacheco, do 29.° Agapito Antunes Lopes, do 33.° José Francisco de Lima, do 40.° Torquato Alves Pereira, do 13.° batalhão de infantaria Cesario Gomes Rangel, e do 18.° João Isabel; todos invalidados em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 7 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 8 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1933 — DE 28 DE JUNHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 13.º batalhão de infantaria Manoel Simplicio dos Santos, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º São approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 4 de Janeiro de 1871: de 400 réis aos soldados, do 13.º batalhão de infantaria Manoel Simplicio dos Santos, do 48.º corpo de voluntarios da patria Manoel Joaquim Torres; de 500 réis ao anspeçada do 24.º corpo de voluntarios da patria Monoel Antonio dos Santos; invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Junho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 7 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 8 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1934 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva a peusão de 180$000 mensaes, concedida a D. Clara Angelica Xavier Fagundes, viuva do Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão de 180$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, concedida por Decreto de 23 de Maio de 1871 a D. Clara Angelica Xavier Fagundes, viuva do Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, em attenção aos relevantes serviços que ao Estado prestou seu fallecido marido.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1935 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão de 1:000$000 annual, concedida por Decreto de 14 de Setembro de 1870 a D. Brazilia Augusta Chaves Botelho.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão de 1:000$000 annual, concedida por Decreto de 14 de Setembro de 1870, a D. Brazilia Augusta Chaves Botelho, viuva do Cirurgião-mór de brigada de commissão Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho, fallecido em consequencia de molestias adquiridas em campanha.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1936 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao 2.º Sargento do 24.º corpo de voluntarios da patria João Pires Maciel, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficam approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 24 de Março de 1871, a saber: de 600 réis ao 2.º Sargento do 24.º corpo de voluntarios da patria João Pires Maciel; de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 7.º batalhão de infantaria Francisco Romão da Silva; de 400 réis ao soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Ignacio Peixoto; invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1937 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva o Decreto de 9 de Novembro de 1870, em que se declara que a pensão concedida ao Cabo clarim do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Ismael Antonio de Souza, deve entender-se ao Cabo do mesmo corpo Ismael Antonio da Silva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvado o Decreto de 9 de Novembro de 1870, em que se declara que a pensão diaria de 500 réis concedida por Decreto de 21 de Novembro de 1868, ao Cabo clarim do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Ismael Antonio de Souza, a qual foi approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1753 de 22 de Outubro de 1869, deve entender-se concedida ao Cabo clarim do mesmo corpo Ismael Antonio da Silva.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 21 de Novembro de 1868.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871. — *José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1938 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida ao soldado reformado do 2.º corpo de voluntarios da patria Francisco de Paula do Sacramento.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 25 de Fevereiro de 1871, ao soldado reformado do 2.º corpo de voluntarios da patria Francisco de Paula do Sacramento, por se achar impossibilitado de procurar meios de subsistencia, em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871. — *José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1939 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao voluntario da patria, addido ao asylo de invalidos, Pedro Antonio de Freitas, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 4 de Janeiro de 1871: de 400 réis diarios ao voluntario da patria, addido ao asylo de invalidos, Pedro Antonio de Freitas; aos soldados, do 1.° batalhão de infantaria Antonio Tiburcio da Rocha e Firmino José dos Reis, do 2.° dito José Severino da Silva, do 1.° corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Leoncio Alves da Cunha e do 18.° corpo dito Bento Antunes de Souza ; de 500 réis diarios aos Cabos, do 36.° corpo de voluntarios da patria Joaquim Alves de Figueiredo e do 38.° corpo dito Lucio Primo de Azevedo ; de 600 réis ao 1.° Sargento do 6.° corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Franklin Machado Floribal ; todos invalidados em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1940 — DE 8 DE JULHO DE 1871.

Approva o Decreto de 30 de Novembro de 1870, que declara que a pensão concedida por Decreto de 18 de Maio, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1874, deve entender-se concedida ao soldado do 35.º corpo de voluntarios da patria Benedicto Custodio Bueno.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvado o Decreto de 30 de Novembro de 1870, em que se declara que a pensão diaria de 400 réis que fôra concedida por Decreto de 18 de Maio, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1874 de 13 de Outubro do referido anno, ao soldado do 35.º corpo de voluntarios da patria Benedicto Custodio Bruno, deve entender-se concedida ao soldado do mesmo corpo Benedicto Custodio Bueno.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do primeiro Decreto de concessão.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 12 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1871. — *José Vicente Jorge*, servindo de Director geral.

DECRETO N. 1941 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva o Decreto n.º 4621 de 4 de Novembro de 1870, concedendo a Emilio Salvador Ascagne privilegio para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvado o Decreto n.º 4621 de 4 de Novembro de 1870, concedendo a Emilio Salvador Ascagne privilegio para preparar, vender e exportar mosaicos e embutidos de madeira, fabricados segundo o processo especial, que adoptou; sendo, porém, elevado a 10 annos o prazo do mesmo privilegio.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 7 de Agosto de 1871. — O Director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1942 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida a Ellen Harfield, viuva do machinista de 1.ª classe, 2.º Tenente graduado da armada Roberto Harfield.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 42$000 mensaes, concedida por Decreto de 15 de Abril de 1871, a Ellen Harfield, viuva do machinista de 1.ª classe, e 2.º Tenente graduado da armada, Roberto Harfield, fallecido em consequencia de molestia adquirida no serviço de guerra.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de concessão.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1943 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida aos filhos menores do Alferes do corpo policial da Provincia do Rio de Janeiro José Moreira de Mattos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar executar a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica approvada a pensão de 36$000 mensaes, concedida repartidamente, por Decreto de 14 de Dezembro de 1870, aos menores Serafina, Julia, Clara e Joaquim, filhos legitimados do Alferes do corpo policial da Provincia do Rio de Janeiro José Moreira de Mattos, morto em combate; devendo, porém, o menor Joaquim perceber a referida pensão sómente até a sua maioridade.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1944 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 27.º corpo de voluntarios da patria Mamede Antonio de Amorim, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficam approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 3 de Novembro de 1870: de 400 réis aos soldados, do 27.º corpo de voluntarios da patria Mamede Antonio de Amorim, do 1.º regimento de artilharia a cavallo Antonio Ferreira dos Reis, e do 14.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional João Pedro Quintana; de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 4.º batalhão de infantaria Manoel Domingos José Vieira; e de 600 réis ao 2.º Cadete 2.º Sargento do 1.º batalhão de infantaria José Vieira da Costa, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1945 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 49.º corpo de voluntarios da patria Agostinho Angelo da Silva, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficam approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 20 de Novembro de 1870: de 400 réis aos soldados, do 49.º corpo de voluntarios da patria Agostinho Angelo da Silva, do 3.º batalhão de infantaria José Maria Ferreira de Aguiar, do 6.º Manoel Pereira de Oliveira, do 9.º Francisco Ferreira da Silva, e do batalhão de engenheiros Balbino José Rodrigues da França, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral interino.

DECRETO N. 1946 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida ao soldado do 1.º batalhão de infantaria Firmino José dos Santos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvada a pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 7 de Dezembro de 1870, ao soldado do 1.º batalhão de infantaria Firmino José dos Santos, invalidado em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1947 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida ao Alferes do 3.º batalhão de infantaria João Soares Baptista Machado.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvada a pensão de 18$000 mensaes, concedida por Decreto de 21 de Setembro do 1870, ao Alferes do 3.º batalhão de infantaria João Soares Baptista Machado, invalidado em combate, sem prejuizo do meio soldo a que possa ter direito.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do citado Decreto.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mor do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1948 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida ao Tenente graduado do 20.º batalhão de infantaria Augusto Julio Lacasse.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvada a pensão de 18$000 mensaes, sem prejuizo do que por lei lhe competir, concedida por Decreto de 18 de Março de 1871 ao Tenente graduado do 20.º batalhão de infantaria Augusto Julio Lacasse, invalidado em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imprio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1949 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 2.º regimento de cavallaria ligeira João Belchior da Silva, e a outro.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º São approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 12 de Outubro de 1870: de 400 réis ao soldado do 2.º regimento de cavallaria ligeira João Belchior da Silva; e de 500 réis ao Anspeçada do 24.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio dos Santos, ambos impossibilitados de procurar meios de subsistencia em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 18 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* — Director geral substituto.

DECRETO N. 1950 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder carta de naturalisação a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 annos, e tendo residido no Brasil ou fóra delle, em seu serviço por mais de dous annos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° O Governo fica autorizado para conceder carta de naturalisação a todo o estrangeiro maior de 21 annos, que, tendo residido no Brasil ou fóra delle em seu serviço por mais de dous annos, a requerer, declarando a intenção de continuar a residir no Brasil ou a servil-o depois de naturalisado.

Art. 2.° O Governo poderá dispensar no tempo de residencia:

1.° Ao casado com Brasileira;

2.° Ao que possuir bens de raiz no Brasil, ou tiver parte em algum estabelecimento industrial;

3.° Ao que fôr inventor ou introductor de um genero de industria qualquer;

4.° Ao que se recommendar por seus talentos e letras, ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo de industria;

5.° Ao filho do estrangeiro naturalisado nascido fóra do Imperio antes da naturalisação de seu pai.

Art. 3.° Fazem prova sufficiente para os effeitos desta lei as certidões extrahidas dos livros de notas e repartições officiaes, bem como attestações passadas por quaesquer autoridades e mesmo por pessoas de conceito.

Art. 4.° As cartas de naturalisação serão isentas de qualquer imposto, excepto o de 25$000 de sello.

Art. 5.° As ditas cartas não poderão sortir effeito algum sem que os outorgados por si, ou por procurador munidos de poderes especiaes prestem juramento (ou promessa) de obediencia e fidelidade á constituição e ás leis do paiz, jurando ao mesmo tempo (ou promettendo) reconhecer o Brasil por sua patria daquelle dia em diante.

Art. 6.° Este juramento poderá ser prestado perante o Governo ou perante os Presidentes das Provincias.

Nessa mesma occasião o individuo naturalisado declarará seus principios religiosos e sua patria: se é casado ou solteiro, se com Brasileira ou estrangeira; se tem

filhos e quantos, de que nome, sexo, idade, religião, estado e naturalidade.

Com estas declarações se formará na Secretaria de Estado respectiva a matricula de todos os estrangeiros naturalisados.

Art. 7.° A naturalisação dos colonos continuará a ser regulada pelo Decreto n.° 808 A de 23 de Junho de 1855.

Art. 8.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 18 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1951 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.° anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Domingos Lyra da Silva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para mandar admittir desde já á matricula do 1.° anno medico da

Côrte o alumno Domingos Lyra da Silva, o qual deverá mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta, para poder ser admittido a exame das materias do 1.° anno.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1952 — DE 12 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.° anno da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno João Baptista Monteiro de Miranda Ribeiro.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para mandar desde já admittir á matricula do 1.° anno da Faculdade Medica da Bahia o alumno João Baptista Monteiro de Miranda Ribeiro, o qual deverá mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta, para poder ser admittido a exame das materias do 1.° anno.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERÍAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

LEI N. 1953 — DE 17 DE JULHO DE 1871.

Abrindo um credito de 20.000:000$000, para o prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II, e dando providencias para o das estradas de ferro subvencionadas pelo Thesouro Nacional.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.° E' aberto ao Governo um credito de 20.000:000$000, para completar a quarta secção da Estrada de ferro de D. Pedro II, e prolongar a mesma estrada até a Lagôa Dourada, na Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.° O Governo fica tambem autorizado para:

§ 1.° Contractar com as companhias das estradas de ferro do Recife a S. Francisco, da Bahia ao Joazeiro e de S. Paulo o resgate das mesmas estradas por titulos da divida publica, comtanto que o dispendio annual como os respectivos juros e amortização não exceda a importancia da garantia concedida a cada uma das ditas companhias.

§ 2.° Prolongar por secções as estradas de ferro mencionadas no paragrapho antecedente, segundo o traço que fôr julgado mais conveniente por estudos a que se procederá desde já, podendo despender annualmente em cada uma dellas a quantia de 3.000:000$000.

§ 3.° Mandar verificar e completar os estudos feitos de uma linha ferrea que ligue os pontos navegaveis do alto ao baixo S. Francisco; e mandar estudar o systema completo de viação e levantar a carta itineraria do Imperio, applicando para este fim no primeiro anno até a quantia de 200:000$000.

Art. 3.° O Governo fica autorizado a deduzir do producto do emprestimo contrahido ultimamente em Londres a somma de 20.000:000$000 para as despezas de que trata o art. 1.° e a fazer quaesquer operações de credito para as despezas de que trata o art. 2.°, quando sejam insufficientes os fundos consignados nas Leis do orçamento.

Art. 4.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos dezasete de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral que houve por bem Sanccionar, abrindo um credito de 20.000:000$000 *para*

o prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II, e dando providencias para o das outras estradas de ferro subvencionadas pelo Thesouro Nacional.

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 22 de Julho de 1871. —*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Julho de 1871. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1934 — DE 17 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para duas vias ferreas contractadas pelo Presidente da Provincia das Alagôas.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II., Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para as duas vias ferreas contractadas pelo Presidente da Provincia das Alagôas, uma com direcção ao Norte, e outra ao interior da mesma Provincia.

Paragrapho unico. O Governo prêviamente determinará a quantidade e qualidade dos materiaes, e fixará o prazo da concessão.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o

tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 22 de Julho de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 24 de Julho de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1955 — DE 17 DE JULHO DE 1871.

Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação do Rio de Janeiro Conselheiro José Ignacio Vaz Vieira.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de 13 de Outubro de 1869, ao Desembargador da Relação do Rio de Janeiro Conselheiro José Ignacio Vaz Vieira, com o ordenado correspondente ao tempo de serviço.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha

entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 1936 — DE 17 DE JULHO DE 1871.

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Conselheiro Francisco José Furtado em um lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte de Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de 23 de Fevereiro de 1870, ao Juiz de Direito Conselheiro Francisco José Furtado, em um lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, com o ordenado que lhe fôr devido.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 1957 — DE 20 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo estudante João de Moraes Vieira da Cunha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de latim e francez feitos na do Recife pelo estudante João de Moraes Vieira da Cunha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 22 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1958 — DE 20 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 3.º anno medico da Faculdade da Côrte o pharmaceutico approvado José Borges Ribeiro da Costa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no 3.º anno medico da Côrte o pharmaceutico approvado José Borges Ribeiro da Costa, depois de approvado em inglez, e satisfazer a lei na parte relativa aos exames de anatomia e physiologia que frequenta como ouvinte.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 22 de Julho de 1871. —*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1959 — DE 20 DE JULHO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Luiz Rodolpho Duque Estrada Sayão.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte Luiz Rodolpho Duque Estrada Sayão, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado no preparatorio de algebra que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 22 de Julho de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1960 — DE 24 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Leopoldina Lopes dos Reis, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 14 de Janeiro de 1871, a saber:

§ 1.° Pensões mensaes: de 18$, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Leopoldina Lopes dos Reis, viuva do Capitão Tenente Ernesto Magusto dos Reis, sendo esta pensão correspondente ao meio soldo da patente de seu filho o Alferes do 16.° batalhão de infantaria Horacio Henrique dos Reis; de 21$, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Maria Vieira Rabello, irmã do Tenente de infantaria Bernardino Vieira Rabello, morto em combate; de 30$ repartidamente, e sem prejuizo do meio soldo que por lei lhes competir, aos menores Marfiza e José, filhos legitimos do Capitão do exercito José Carlos Cabral e D. Clara Rodrigues Cabral, cuja pensão em virtude da Carta Imperial de 7 de Agosto de 1869 percebia sua mãi, sendo paga ao menor José sómente até sua maioridade.

§ 2.° Pensão annual de 480$ a Amelia Delfina da Matta e Silva, viuva do 2.° machinista da canhoneira *Fernandes Vieira*, Manoel Dias da Silva, fallecido no hospital de Humaytá.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 27 de Julho de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1961 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida a Belmira de Mascarenhas Arouca, irmã do 2.º Tenente de artilharia Pedro de Mascarenhas Arouca.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 36$000 mensaes, correspondente ao soldo por inteiro da patente de 2.º Tenente de artilharia, concedida por Decreto de 17 de Maio de 1871 a Belmira de Mascarenhas Arouca, irmã do 2.º Tenente de artilharia Pedro de Mascarenhas Arouca, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do referido Decreto.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 3 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1962 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida a D. Custodia Carolina Augusta de Souza, viuva do Dr. Braz Florentino Henriques de Souza.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° Fica approvada a pensão annual de 1:000$, concedida por Decreto de 21 de Janeiro de 1871 a D. Custodia Carolina Augusta de Souza, viuva do Dr. Braz Florentino Henriques de Souza, lente da Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 3 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1963 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Ephigenia Joaquina de Souza e Mello, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 24 de Março de 1871, a saber: de 36$000 mensaes a D. Ephigenia Joaquina de Souza e Mello, mãi do Alferes do corpo policial da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Francisco Augusto de Moraes, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 36$000 mensaes a D. Theodora Joanna Candida Wildt, mãi do Alferes de commissão do 31.° corpo de voluntarios da patria Ernesto Augusto Wildt, morto no combate de 23 de Setembro de 1868.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 3 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1964 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Luiza da Costa Ferreira da Luz, e a outra.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 18 de Fevereiro de 1871: de 30$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Luiza da Costa Ferreira da Luz, viuva do 1.° Cirurgião Capitão do corpo de saude do exercito, Dr. Antonio Antunes da Luz, fallecido na campanha do Paraguay; e de 36$, igual ao soldo da patente de 2.° Tenente de artilharia, a D. Florinda Campos Lopes de Souza, irmã do 2.° Tenente do 4.° batalhão de artilharia a pé Antonio Luiz Teixeira Campos, fallecido na campanha do Paraguay.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 3 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1965 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva a pensão concedida a D. Maria Thereza dos Reis, filha do finado Francisco Sotero dos Reis.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão de 600$ annuaes, concedida por Decreto de 25 de Fevereiro de 1871, a D. Maria Thereza dos Reis, filha do finado Francisco Sotero dos Reis, professor aposentado de lingua latina do Lyceu da Provincia do Maranhão.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 3 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

BIBLIOTHECA NACIONAL

DECRETO N. 1966 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Nogueira da Silva Amaral, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º São approvadas as pensões concedidas por Decretos de 28 de Dezembro de 1870:

§ 1.º De 21$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Maria Nogueira da Silva Amaral, e de igual quantia repartidamente e com a mesma clausula, a D. Luiza Cesarina da Silva Amaral, D. Arsenia Eponina da Silva Amaral e D. Maria Christina da Silva Amaral, mãi e irmãs do Major do corpo de estado-maior de 1.ª classe Francisco Cesar da Silva Amaral, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha.

§ 2.º De 54$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a D. Joaquina Augusta Monteiro Vianna, viuva do Major em commissão e Capitão do exercito Luiz Vicente Vianna, morto em combate; de 54$000 mensaes e com a mesma clausula a D. Herculina Candida do Amaral Lima, viuva do Capitão do exercito e Major em commissão Simeão Corrêa Lima, morto em combate.

§ 3.º De 60$000 mensaes a D. Pamphila Luiza de Tolentino Soares, viuva do Capitão do 29.º corpo de voluntarios da patria José Soares Cupim Junior, morto em consequencia de ferimento recebido em combate; de 36$000 mensaes a D. Amelia de Paula Pitta, irmã do Alferes de voluntarios da patria Nasianzeno de Paula Pitta, morto em combate: de 42$000 ao menor José, filho legitimo do Tenente do 31.º corpo de voluntarios da patria José Theophilo Paranaguá, que morreu em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.

Transitou aos 3 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Imperio, em 4 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1967 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Rosa Maria Vieira de Macedo, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 22 de Abril de 1871, a saber: de 59$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Rosa Maria Vieira de Macedo, viuva do Tenente do 14.° batalhão de infantaria, commissionado no posto de Capitão, José Theotonio de Macedo, fallecido de cholera-morbus na campanha do Paraguay; de 60$000, repartidamente, a D. Umbelina Rosa de Jesus Castello Branco e Silva, Anna Rosa de S. José Castello Branco e Silva, Philomena Innocencia de Jesus Coração de Maria, Maria Celeste do Espirito Santo Castello Branco e Silva, e Lidia da Piedade Castello Branco, irmãs do Capitão do 5.° batalhão de infantaria Antonio Lopes Castello Branco e Silva Sobrinho, morto no combate de 21 de Dezembro de 1868.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado

dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 3 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1968 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao Capitão honorario do exercito Fernando Pacifico de Aguiar Montarroyos, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficam approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 21 de Janeiro de 1871, a saber: de 60$ ao Capitão honorario do exercito Fernando Pacifico de Aguiar Montarroyos, o qual em consequencia de ter perdido o braço direito ficou impossibilitado de procurar meios de subsistencia; de 18$, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Maria Firmiana de Amorim, mãi do Alferes do exercito Antonio Pereira Mascarenhas, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Nejreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 3 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1969 — DE 26 DE JULHO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 30.° corpo de voluntarios da patria Angelo Rodrigues do Nascimento, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 14 de Janeiro de 1871: de 400 rs. aos soldados, do 30.° corpo de voluntarios da patria Angelo Rodrigues do Nascimento, do 33.° corpo dito Manoel Luiz Pereira, do 34.° corpo dito Antonio José Raymundo, do 43.° corpo dito Manoel Felix da Costa, do 44.° corpo dito José Ferreira da Silva, do 47.° corpo dito Marcellino José dos Santos, do 3.° regimento de cavallaria ligeira José Francisco Antonio, do 5.° batalhão de infantaria Justino Apa, do 10.° ba-

talhão dito Gabriel Pereira Leite, do 13.° batalhão dito Firmino José Pereira, do 21.° corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Ismael Rodrigues, e de 500 rs. ao Cabo de Esquadra do 16.° batalhão de infantaria Miguel Archanjo de Macedo: todos invalidados em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 3 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1970 — DE 2 DE AGOSTO DE 1871.

Approva a pensão de 36$000 mensaes, concedida a D. Joanna Marcolina Sampaio.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica approvada a pensão de 36$000 mensaes, concedida a D. Joanna Marcolina Sampaio, mãi do Alferes de voluntarios da patria Gustavo Francisco Sampaio,

pelo Decreto de 21 de Junho do corrente anno, que modificou o de 7 de Dezembro de 1870.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do citado Decreto de 7 de Dezembro de 1870, e sem prejuizo do meio soldo a que a agraciada possa ter direito.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 7 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1971 — DE 2 DE AGOSTO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Carolina Francisca de Sá Godinho, e a outras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 28 de Junho de 1871:

§ 1.° Pensão mensal de 42$000, igual ao soldo da patente de 2.° Tenente da armada, a D. Carolina Fran-

BIBLIOTHECA DA CAMARA

cisca de Sá Godinho, mãi do 2.° Tenente da armada Affonso de Almeida Godinho, fallecido em consequencia de molestia adquirida na campanha do Paraguay.

§ 2.° Pensões annuaes: de 1:000$000 a D. Maria Lucia de Oliveira Pillar e Mello, viuva do Coronel honorario do exercito Antonio de Mello e Albuquerque, fallecido em consequencia de molestias adquiridas em campanha; de 1:200$000 a D. Isabel Nunes Belfort Vieira, viuva do Senador do Imperio Conselheiro João Pedro Dias Vieira, de igual quantia á Condessa da Boa-Vista, viuva do Senador do Imperio Conde da Boa-Vista, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, e a D. Helena Carolina Carneiro de Campos de Paula e Albuquerque, viuva do Senador do Imperio, Conselheiro Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 7 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1972 — DE 2 DE AGOSTO DE 1871.

Approva a pensão concedida ao Alferes reformado do exercito Olympio Aurelio de Lima Camara.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica approvada a pensão de 18$000 mensaes, sem prejuizo do que lhe competir, concedida por Decreto de 3 de Novembro de 1870 ao Alferes reformado do exercito Olympio Aurelio de Lima Camara, invalidado em combate.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 7 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

LEI N. 1973 — DE 9 DE AGOSTO DE 1871.

Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1872 a 1873.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.° As forças de terra para o anno financeiro de 1872 a 1873 constarão:

§ 1.° Dos officiaes das differentes classes do quadro do exercito.

§ 2.° Em circumstancias ordinarias de 16.000 praças de pret, e de 32.000 em circumstancias extraordinarias.

Na insufficiencia dos outros meios, as forças extraordinarias poderão ser preenchidas por corpos destacados da guarda nacional.

§ 3.° Das companhias de depositos e de aprendizes artilheiros, não excedendo de 1.000 praças.

Art. 2.° Fica desde já o Governo autorizado a transferir de umas para outras armas, comprehendidos os corpos especiaes, os officiaes do exercito que, em serviço de paz e guerra, tenham mostrado aptidão para arma differente da sua, uma vez que possuam as habilitações exigidas pelas leis vigentes.

Art. 3.° Continúa em vigor a disposição do art. 9.° da Lei n.° 1101 de 20 de Setembro de 1860, na parte relativa aos arsenaes de guerra, suas dependencias, conselhos de fornecimento e depositos de artigos bellicos.

Art. 4.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas As autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos nove dias do mez de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de mil oitocentos setenta e dous a mil oitocentos setenta e tres.

Para Vossa Alteza Imperial Vêr.

Custodio Joaquim Moreira a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Foi a presente lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 18 de Agosto de 1871. — *Marianno Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1974 — DE 9 DE AGOSTO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Emiliana da Rocha Fragoso, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º São approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 14 de Junho de 1871:

§ 1.º De 60$ mensaes a D. Emiliana da Rocha Fragoso e D. Jesuina da Rocha Fragoso, irmãs do capitão do estado-maior da 1.ª classe, Lucas da Rocha Fragoso, fallecido no exercito em operações na republica do Paraguay, sendo ella repartidamente e equivalente ao soldo daquella patente.

§ 2.° De 30$ mensaes a Gracinda Pereira da Porciuncula, e de igual quantia, repartidamente, a Amelia de Argolo Queiroz, Francisca de Argolo Queiroz e Maria Benedicta de Argolo Queiroz, mãi e irmãs do capitão de voluntarios da patria, Paulo Argolo de Queiroz, morto em combate.

§ 3.° De 337$100 ao alferes honorario do exercito, Virgilio Alfredo das Neves, para que com o soldo de 94$900 que percebe, como 2.° sargento, perfaça a quantia de 432$ annuaes, sendo o total equivalente ao soldo daquella patente, em consequencia de ter-se invalidado em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 1.° de Setembro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Setembro de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*—director geral substituto.

DECRETO N. 1975 — DE 9 DE AGOSTO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Amalia dos Santos Amaral, e a outro.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 21 de Junho de 1871: de 24$, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a D. Maria Amalia dos Santos Amaral, viuva do Alferes do exercito e Tenente em commissão Felippe Marques dos Santos, fallecido de cholera morbus no acampamento de Tahy; e de 30$000, equivalente á metade do soldo de sua reforma, ao Capitão reformado do exercito Henrique Christiano Benedito Ottoni, o qual, em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ficou impossibilitado de procurar meios de subsistencia.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1976 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Côrte os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo pelo estudante José Augusto Monteiro de Godoy.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno José Augusto Monteiro de Godoy na Faculdade de S. Paulo.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 1977 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os exames de preparatorios feitos na Escola de Marinha pelo estudante Carlos Gomes Ribeiro da Luz.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno Carlos Gomes Ribeiro da Luz na Escola de Marinha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1978 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de portuguez e historia feitos na Escola de Marinha pelo estudante Henrique Graça.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado a mandar que sejam aceitos em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de portuguez e historia feitos na Escola de Marinha pelo estudante Henrique Graça.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1979 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer das Faculdades de Medicina os exames prestados pelo alumno Manoel dos Santos Marques nas Escolas de Marinha e Central.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para mandar que sejam válidos em qualquer Faculdade Medica do Imperio os exames prestados pelo alumno Manoel dos Santos Marques nas Escolas de Marinha e Central.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1980 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames de preparatorios feitos na Escola de Marinha pelo alumno Joaquim Francisco Leal Junior.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° O Governo é autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno Joaquim Francisco Leal Junior na Escola de Marinha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1981 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames prestados pelo alumno Illidio Leopoldo da Silva na Escola de Marinha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para mandar considerar válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames feitos na Escola de Marinha pelo alumno Illidio Leopoldo da Silva.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Tansitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1982 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Côrte os exames prestados pelo alumno Dermeval José da Fonseca na Escola de Marinha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que na matricula de Dermeval José da Fonseca, no 1.° anno medico da Faculdade da Côrte, sejam aceitos os exames preparatorios feitos na Escola de Marinha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1983 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte João Rufino Brandão, aceitando-se-lhe o exame de geographia prestado na Escola Militar.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Côrte o alumno ouvinte João Rufino Brandão, aceitando-se-lhe o exame de geographia feito na Escola Militar.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1984 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.° anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, o alumno Carlos Carneiro de Barros e Azevedo, considerando-se válido o exame de inglez por elle prestado na Escola de Marinha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar matricular no 1.° anno do Curso Juridico da Faculdade de S. Paulo o alumno Carlos Carneiro de Barros e Azevedo, aceitando-se-lhe o exame de inglez feito na Escola de Marinha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1985 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Direito do Recife os exames feitos na de Medicina da Bahia pelo alumno Jeronymo Moniz Ferrão de Aragão.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade do Recife os exames feitos na Faculdade Medica da Bahia pelo alumno Jeronymo Moniz Ferrão de Aragão.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 1986 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Côrte os exames feitos na Escola de Marinha pelo alumno Joaquim Marcellino de Brito Netto, a fim de que se possa matricular na mesma Faculdade.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° Fica o Governo autorizado para mandar que se aceitem como válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames feitos na Escola de Marinha pelo alumno Joaquim Marcellino de Brito Netto, a fim de ser matriculado no 1.° anno, que frequenta como ouvinte.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1987 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válido na Faculdade de Medicina da Côrte o exame de portuguez prestado pelo alumno Joaquim José Torres Cotrim na Escola de Marinha, e matricular o dito alumno no 1.º anno medico.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar que se aceite como válido na Faculdade Medica da Côrte o preparatorio de portuguez em que foi approvado o alumno Joaquim José Torres Cotrim na Academia de Marinha, e que seja o dito alumno matriculado no 1.º anno medico.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1988 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar aceitar nas Faculdades de Medicina os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo estudante Alberto Ulysses Ribeiro Lopes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar aceitar como válidos nas Faculdades de Medicina os exames de latim, francez, inglez, geographia, historia, rhetorica e poetica feitos por Alberto Ulysses Ribeiro Lopes na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1989 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo alumno José Zeferino Ferreira Vellozo.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Bahia os exames preparatorios feitos pelo alumno José Zeferino Ferreira Vellozo na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1990 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos para a matricula no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife os exames de preparatorios feitos pelo alumno Julio Pereira de Carvalho na Faculdade de Medicina da Bahia.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos para a matricula no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife os exames de preparatorios feitos pelo alumno Julio Pereira de Carvalho na Faculdade de Medicina da Bahia.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 1991 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar como válidos em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de latim, francez, arithmetica e geometria feitos pelo alumno Matheus Vaz de Oliveira na Faculdade de Direito do Recife.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que se aceitem como válidos em qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os exames de latim, francez, arithmetica e geometria feitos pelo alumno Matheus Vaz de Oliveira na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Saydo Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1992 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno José Fernandes Dias na Escola de Marinha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° O Governo é autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames preparatorios feitos pelo alumno José Fernandes Dias na Escola de Marinha.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1993 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar aceitar na Faculdade de Medicina da Bahia os exames de preparatorios feitos na de Direito do Recife pelo alumno Juventino Ignacio Selva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Bahia os exames preparatorios feitos pelo alumno Juventino Ignacio Selva na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DEPUTADOS

DECRETO N. 1994 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válido na Faculdade de Medicina da Côrte o exame de portuguez prestado pelo alumno Rodrigo Lopes de Brito na Escola de Marinha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar que se aceite como válido o exame de portuguez feito na Academia de Marinha pelo alumno Rodrigo Lopes de Brito, para o fim de poder o mesmo matricular-se no curso pharmaceutico na Faculdade da Côrte.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

DECRETO N. 1995 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno Pedro Regalado Epiphanio Baptista.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno Pedro Regalado Epiphanio Baptista, que por força maior chegou ao Recife quando já estava encerrada a matricula, e acha-se inscripto como ouvinte.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 21 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

LEI N. 1996 — DE 16 DE AGOSTO DE 1871.

Marca ajudas de' custo aos Sacerdotes eleitos e confirmados Bispos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.° Aos Sacerdotes eleitos e confirmados Bispos serão abonadas ajudas de custo, a primeira para confirmação, a segunda para transporte, não excedendo esta a quatro contos de réis, e a terceira para primeiro estabelecimento, não excedendo esta á importancia da congrua de um anno.

O Governo marcará por Decreto o modo de regular-se a despeza com o transporte dos Bispos.

Art. 2.° Ficam revogadas a Provisão de 18 de Agosto de 1682, e mais disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos dezaseis de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Carta de Lei pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, marcando ajudas de custo aos Sacerdotes eleitos e confirmados Bispos.

Para Vossa Alteza Imperial Ver

Manoel José de Campos Porto a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 23 de Agosto de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

LEI N. 1997 — DE 19 DE AGOSTO DE 1871.

Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1872—1873.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou, e Ella Sanccionou a Lei seguinte :

Art. 1.° A Força Naval activa para o anno financeiro de 1872—1873 constará :

§ 1.° Dos officiaes da Armada e das demais classes, que fôr preciso embarcar nos navios de guerra e transportes, conforme suas lotações, e dos estados-maiores das esquadras e divisões navaes.

§ 2.° Do corpo de imperiaes marinheiros, do batalhão naval, das companhias de aprendizes marinheiros, creadas por lei, e do corpo de imperiaes marinheiros da Provincia de Mato Grosso.

§ 3.° Em circumstancias ordinarias, de tres mil praças de marinhagem e de pret dos corpos de marinha, embarcadas, e de seis mil praças em circumstancias extraordinarias.

Art. 2.° Para preencher a força decretada no artigo antecedente, é o Governo autorizado a dar gratificações aos voluntarios, que se apresentarem para o serviço, a contractar nacionaes e estrangeiros, mediante concessão de premios, e a recrutar na fórma da lei.

Art. 3.° Os imperiaes marinheiros, que houverem sido recrutados, ou que forem procedentes das companhias de aprendizes, são obrigados a servir pelo tempo de 10 annos, contados da praça de marinheiro, ou 12 da praça de grumete, continuando a gozar das vantagens da legislação em vigor aquelles, que servirem além do tempo marcado.

Art. 4.° Fica o Governo autorizado :

§ 1.° A elevar, desde já, a mais 50 praças o numero de aprendizes artifices da companhia de menores do Arsenal de Marinha da Côrte, e a crear uma companhia de aprendizes artifices no Arsenal de Marinha do Pará.

§ 2.° A crear companhias de aprendizes marinheiros nas Provincias, que ainda as não têm.

§ 3.° A rever, desde já, as tabellas de maiorias, comedorias e outras vantagens, que se abonam aos of-

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS

ficiaes embarcados, da armada e classes annexas, a fim de reduzil-as a uma só denominação.

§ 4.° A substituir, desde já, por gratificações fixadas e proporcionaes á natureza do serviço, as vantagens, que os officiaes da Armada e classes annexas percebem, quando empregados em terra, de modo porém que não venham a ter vencimentos iguaes ou superiores aos do official embarcado.

§ 5.° A promover no posto de 2.os Tenentes os actuaes 2.os Tenentes de commissão, que mostrarem ter bem servido na guerra do Paraguay, e estiverem habilitados, na conformidade do art. 133 do Regulamento da Escola de Marinha, e reunirem outros requisitos determinados por lei.

§ 6.° A alterar o Regulamento do Quartel-General, elevando os vencimentos dos empregados paisanos da Secretaria, e a reformar os Arsenaes de Marinha, nos termos do art. 36 § 3.° da Lei n.° 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Art. 5.° Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro, aos dezanove dias do mez de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos setenta e dous ao ultimo de Junho de mil oitocentos setenta e tres.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Augusto de Oliveira Pinto a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 28 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicada a prèsente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 29 de Agosto de 1871. — *Francisco Xavier Bomtempo.*

DECRETO N. 1998 — DE 23 DE AGOSTO DE 1871.

Concede duas loterias á Devoção de Nossa Senhora da Piedade, instituida na Igreja da Santa Cruz dos Militares e ora erecta na Matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficam concedidas, segundo o plano estabelecido, duas loterias, cujo beneficio será applicado ao patrimonio da Devoção de Nossa Senhora da Piedade, instituida na Igreja da Santa Cruz dos Militares e ora erecta na Matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 28 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1999 — DE 23 DE AGOSTO DE 1871.

Concede cinco loterias á Irmandade de Nossa Senhora da Batalha, erecta na Matriz de Sant'Anna do Municipio da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. Ficam concedidas, segundo o plano estabelecido, cinco loterias, cujo beneficio será applicado ao patrimonio da Irmandade de Nossa Senhora da Batalha, erecta na Matriz de Sant'Anna do Municipio da Côrte ; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 28 de Agosto de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2000 — DE 23 DE AGOSTO DE 1871.

Concede tres loterias para a conclusão das obras da Matriz de S. João Baptista da Lagôa do Municipio da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficam concedidas, segundo o plano estabelecido, tres loterias, cujo beneficio será applicado á conclusão das obras da Matriz de S. João Baptista da Lagôa do Municipio da Côrte; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 28 de Agosto de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2001 — DE 23 DE AGOSTO DE 1871.

Concede dez loterias para a continuação das obras da Matriz de Nossa Senhora da Gloria do Municipio da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficam concedidas, segundo o plano estabelecido, dez loterias, cujo beneficio será applicado á continuação das obras da Matriz de Nossa Senhora da Gloria do Municipio da Côrte; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 28 de Agosto de 1871.— *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2002 — DE 24 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder a João José Fagundes de Rezende e Silva privilegio exclusivo por noventa annos para lavrar os rios Cayapó, Maranhão e seus affluentes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandár que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' autorizado o Governo para conceder a João José Fagundes de Rezende e Silva privilegio exclusivo por noventa annos para lavrar os rios Cayapó, Maranhão e seus affluentes.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 28 de Agosto de 1871 — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 30 de Agosto de 1871. — O Director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 2003 — DE 24 DE AGOSTO DE 1871.

Augmenta e regula as ajudas de custo a que têm direito os Presidentes de Provincia.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º As ajudas de custo de Presidentes de Provincia serão divididas em duas partes, uma para despezas de transporte, outra para despezas de primeiro estabelecimento.

Paragrapho unico. O Governo regulará por Decreto assim a primeira, como a segunda parte das ajudas de custo, sob as bases seguintes:

1.ª Que a de transporte não exceda a 4:000$ e esteja em relação com as distancias e com o numero de pessoas da familia do Presidente;

2.ª Que na parte destinada para as despezas de primeiro estabelecimento se attenda á categoria da Provincia, e não exceda a 4:000$000.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2004 — DE 24 DE AGOSTO DE 1871.

Approva a pensão concedida a D. Hermelinda de Carvalho Moura.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' approvada a pensão de 30$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que possa competir-lhe, concedida por Decreto de 26 de Outubro de 1870, a D. Hermelinda de Carvalho Moura, viuva do Capitão do exercito Manoel Erasmo de Carvalho Moura, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do mesmo Decreto.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2005 — DE 24 DE AGOSTO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao Alferes do 3.° batalhão de infantaria Norberto de Carvalho e Andrade, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 4 de Fevereiro de 1871: de 18$000 ao Alferes do 3.° batalhão de infantaria Norberto de Carvalho e Andrade, invalidado em combate; de 18$000, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir, a D. Josephina da Silva Pompêo, viuva do Alferes do 4.° batalhão de infantaria Guilherme Epifanio de Lima, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 48$000 a D. Anacleta Corrêa de Oliveira, e de igual quantia repartidamente aos menores Manoel José, Oliverio, Maria Josepha, e Moysés, viuva e filhos do Tenente Coronel da guarda nacional Antonio Pereira de Oliveira, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate, tendo, porém, os menores varões direito á pensão sómente até a sua maioridade; e finalmente de 60$000, igual ao soldo da patente de Capitão, a D. Valentina Geminiana Barbosa, mãi do Capitão de voluntarios da patria Rozendo Gomes de Abreu, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 26 de Agosto de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 28 de Agosto de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2006 — DE 24 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao Desembargador Francisco da Serra Carneiro.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' autorizado o Governo para conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao Desembargador da Relação do Maranhão Francisco da Serra Carneiro, a fim de tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2007 — DE 30 DE AGOSTO DE 1871.

Concede doze loterias para a conclusão das obras da Matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficam concedidas, segundo o plano estabelecido, doze loterias, cujo beneficio será applicado á conclusão das obras da Matriz do Santissimo Sacramento do Municipio da Côrte; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos trinta de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 2 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 4 de Setembro de 1871.— *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2008 — DE 30 DE AGOSTO DE 1871.

Proroga por mais 20 annos a duração do Banco do Maranhão.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° O Banco, que na capital da Provincia do Maranhão se acha estabelecido sob a denominação de—Banco do Maranhão—, durará mais 20 annos, além do prazo marcado nos seus estatutos.

Art. 2.° O seu fundo capital de mil contos de réis fica elevado a tres mil, sendo os dous mil com que é augmentado divididos em 20.000 acções de 100$ cada uma, as quaes serão emittidas pela Directoria, á proporção que julgar conveniente aos interesses do Banco, mas dentro do prazo de 10 annos.

Art. 3.° O maximo da quantia que póde ser descontada no Banco, sob a garantia de cada firma, fixado em 40:000$, não comprehendidos os emprestimos sobre penhores, pelo art. 42 § 5.° dos estatutos, será d'ora em diante de 80:000$, inclusive os emprestimos por contas correntes caucionadas, depois de feito pela Directoria o competente cadastro de firmas, de accôrdo com os actuaes estatutos do Banco.

Art. 4.° Haverá no Banco uma conta especial para dinheiros emprestados sobre hypothecas, com os auxiliares necessarios, e em cada relatorio semestral a Directoria participará o estado da conta das hypothecas e os estorvos que na pratica houver encontrado, para serem removidos.

Art. 5.° A porção de capital do Banco exclusivamente destinado ás operações sobre hypothecas, será de 1.000:000$ tirados dos 2.000 com que agora pelo art. 2.° é augmentado o capital do mesmo Banco.

Art. 6.° Os fundos reservados á hypothecas não serão desviados desse destino; todavia, se alguma porção delles não achar emprego, poderá temporariamente, isto é, emquanto não fôr necessaria, ser applicada a outras operações do Banco.

Art. 7.° Nas operações sobre hypothecas serão observados os arts. 2.° a 12 da Lei n.° 1237 de 24 de Setembro de 1864, e além disso as seguintes regras:

1.ª A circumscripção territorial para as ditas operações comprehenderá sómente o municipio da capital do

Maranhão. Todavia poderá o Banco admittir hypothecas de immoveis situados em quaesquer pontos da Provincia, e mesmo em outras, uma vez que seja para reforçar as garantias de titulos de dividas existentes na sua carteira.

2.ª A quantia emprestada sobre hypothecas nunca excederá á metade do valor dos immoveis ruraes nem a dous terços dos immoveis urbanos.

3.ª Não poderão ser aceitos para hypotheca, nem os immoveis de precario rendimento, nem os de valor vendavel de difficil realização, nem os indivisos ou cujo usufructo se achar separado do direito de propriedade, salvo se os donos dos indivisos ou se os da propriedade usufruida por outros prestarem solemnemente o seu consenso, sujeitando os seus direitos á mesma hypotheca.

4.ª O proprietario, que pretender contractar com o Banco sobre hypotheca, deverá fazer-lhe a proposta com designação dos immoveis que offerece, declarando os seus rendimentos, acompanhando a proposta a avaliação especial de cada artigo, assim como os documentos e as informações, que a contento do Banco e na fórma das leis vigentes justifiquem o seu direito de propriedade.

5.ª Nenhum contracto será firmado sem que a avaliação dos bens, que tiverem de ser hypothecados ao Banco, se verifique por peritos designados em sessão da Directoria, os quaes diligenciarão cuidadosamente conhecer o valor vendavel dos mesmos bens, já exigindo dos respectivos proprietarios documentos legaes que provem a importancia e pagamento da decima urbana e do imposto pessoal do ultimo semestre vencido, e mesmo de outros se necessario fôr, bem como quaesquer documentos e esclarecimentos que provem qual a renda liquida por taes bens produzida, já informando-se com outros proprietarios ou vizinhos; e já finalmente, comparando o seu valor ao de outros bens anteriormente avaliados.

6.ª Todas as despezas feitas pelo Banco com os exames e avaliações dos immoveis offerecidos para hypotheca serão, ainda que a hypotheca não se realize, por conta de quem a houver proposto, que para isso previamente depositará no Banco a somma por este exigida.

7.ª O mutuario ficará obrigado a segurar a parte edificada da propriedade contra os riscos de fogo, sempre que isso fôr possivel.

O seguro durará emquanto existir a hypotheca, e o Banco indicará o segurador.

8.ª O instrumento do contracto de emprestimo im-

portará cessão feita ao Banco do direito de haver directamente do segurador, no caso de sinistro, a respectiva indemnização. O Banco tambem poderá estipular que o seguro seja feito em seu nome e o premio pago por elle, lançando-o na conta do mutuario.

9.ª Nenhum emprestimo sobre hypotheca poderá ser inferior a dous contos de réis, nem superior a trinta contos.

10. O prazo dos emprestimos será de um a cinco annos. Elles serão pagos por meio de prestações que representem os juros do capital mutuado e a quantia necessaria para sua inteira amortização dentro do prazo estipulado no contracto. A época em que as prestações hão de ser pagas, e a quota de capital que cada uma dellas ha de amortizar, serão convencionadas entre o Banco e o mutuario.

11. A taxa dos juros será regulada pela Directoria na fórma do art. 42 § 4.° dos estatutos.

12. A falta de pagamento de qualquer prestação dará ao Banco o direito de receber os juros na razão de mais dous por cento de que a taxa fixada para as respectivas operações, podendo tambem exigir o reembolso total da divida, sendo o mutuario avisado para pagar dentro de trinta dias.

13. A divida se tornará do mesmo modo exigivel e o proprietario ficará sujeito a pagar ao Banco a indemnização de cinco por cento do capital mutuado, se aquelle não denunciar a este no prazo de trinta dias a alienação, total ou parcial que tenha feito do immovel hypothecado, e bem assim as deteriorações que o mesmo immovel soffrer, e quaesquer successos que lhe diminuam o valor, ou perturbem a sua posse.

Art. 8.° Tambem o Banco, apezar do que fica ordenado no art. 7.° § 10, na parte em que só permitte emprestimos por um a cinco annos, poderá por excepção aceitar hypothecas para garantia de contas correntes de dinheiros successivamente emprestados para reembolsos futuros, com tanto que o mutuario se obrigue a entrar com as sommas emprestadas dentro de seis mezes contados desde o dia do recebimento, sob pena de poder ser a isso constrangido judicialmente, e de pagar a multa de cinco por cento sobre o que estiver devendo.

Art. 9.° Revogam-se as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda

BIBLIOTHECA DA CAMARA

e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 2 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 4 de Setembro de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2009 — DE 30 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo a jubilar o Conselheiro João Chrispiniano Soares, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica o Governo autorizado a jubilar o Conselheiro João Chrispiniano Soares, lente cathedratico da 2.ª cadeira do 1.° anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 6 de Setembro de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*— Director geral substituto.

DECRETO N. 2010 — DE 30 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, lente da 2.ª cadeira do 5.º anno da Faculdade de Direito do Recife.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, lente da 2.ª cadeira do 5.º anno da Faculdade de Direito do Recife, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 6 de Setembro de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*— Director geral substituto.

DECRETO N. 2911 — DE 30 DE AGOSTO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Antonio Francisco Meirelles Leal.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II. Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Côrte o alumno ouvinte Antonio Francisco Meirelles Leal, aceitando-se-lhe como válidos os exames de historia e geographia feitos na Escola de Marinha, e o de latim prestado ha mais de quatro annos.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 6 de Setembro de 1871.—*Jose Bonifacio Nascentes de Azambuja.*—Director geral substituto.

DECRETO N. 2012 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira, Desembargador da Relação da Côrte e Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, um anno de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 2013 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1871.

Declara que a pensão concedida a cada um dos filhos do Brigadeiro João Manoel Menna Barreto vigorará com a clausula —sem prejuizo do meio soldo que lhes competir—, na fórma das leis existentes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A Resolução n.º 1759 de 26 de Outubro de 1869, que approvou a pensão annual de 600$ a cada um

dos filhos do Brigadeiro João Manoel Menna Barreto, morto em combate no Paraguay, Maria Adelaide Menna Barreto, Balbina Palmeira Menna Barreto, Alice Palmeira Menna Barreto e João Carlos Menna Barreto, sendo, quanto ao ultimo, até a sua maioridade, vigorará com a clausula — sem prejuizo do meio soldo que lhes competir—, na fórma das leis existentes.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2014 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer Academia do Imperio os exames preparatorios feitos pelo alumno Joaquim Olympio de Paiva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos em qualquer Academia do Imperio os

exames de preparatorios feitos pelo alumno Joaquim Olympio de Paiva na Instrucção Publica da Côrte nos annos de 1866 e 1867.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 2015 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular em qualquer das Faculdades e Escolas do Imperio a Antonio Amazonas de Almeida e Joaquim Ignacio Amazonas de Almeida.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar matricular em qualquer das Faculdades e Escolas do Imperio a Antonio Amazonas de Almeida e Joaquim Ignacio Amazonas de Almeida, que estão approvados em todos os preparatorios, dispensando-se-lhes unicamente a idade exigida para a matricula.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1871.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 2016 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para jubilar o Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para jubilar o Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, lente cathedratico da 1.ª cadeira do 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todos os seus vencimentos.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Es-

tado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quiquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. —*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1871.—*Jose Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2017 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a facultar aos concessionarios da Estrada de ferro-carril na cidade de Nictheroy isenção de direitos para todo o material necessario á construcção e custeio da mesma estrada.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a facultar aos concessionarios do ferro-carril na Cidade de Nictheroy e seus suburbios isenção de direitos de importação para todo o material e trem rodante necessarios á construcção e custeio do mesmo ferro-carril, fixando o Governo préviamente a quantidade e qualidade dos objectos que houverem de ser despachados com tal isenção.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secre-

tario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 23 de Outubro de 1871.—*José Agostinho Moreira Guimarães,* Director geral.

DECRETO N. 2018 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Isenta temporariamente do imposto de loterias o estabelecimento do Montepio dos Servidores do Estado.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica isento do imposto de loterias o estabelecimento do Montepio dos Servidores do Estado, instituido nesta côrte, até que a receita se equilibre com a despeza do estabelecimento.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 14 de Setembro de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2019—DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Dispensa a viuva do Capitão Joaquim Soares de Figueiredo de restituir aos cofres publicos a quantia de 1:637$566.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° A viuva do Capitão Joaquim Soares de Figueiredo, D. Anna Coelho de Figueiredo, fica dispensada de restituir aos cofres publicos a quantia de 1:637$566, proveniente do soldo do seu marido, recebido depois do fallecimento deste.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 13 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 14 de Setembro de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2020—DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador da Relação do Maranhão José Pereira da Graça.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo a conceder ao Desembargador da Relação do Maranhão, José Pereira da Graça, um anno de licença com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 2021—DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar pagar a importancia dos ordenados, que forem devidos ao Desembargador Caetano José da Silva Santiago.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar pagar ao Desembargador Caetano José da Silva Santiago a importancia dos ordenados, que lhe forem devidos, correspondentes ao tempo decorrido de sua remoção como Juiz de Direito da capital da Parahyba, até sua posse e exer-

cicio na comarca de Cantagallo, da Provincia do Rio de Janeiro, correndo a despeza pela verba de exercicios findos.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 2022 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao Desembargador da Relação da Côrte, Adjunto do Tribunal do Commercio, Firmino Rodrigues Silva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado a conceder ao Desembargador da Relação da Côrte, Adjunto do Tribunal do Commercio, Firmino Rodrigues Silva, um anno de licença com todos os seus vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

DECRETO N. 2023 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva o Decreto n.º 4737 de 7 de Junho de 1871, relativo ao privilegio concedido a João Antonio Rodrigues Martins & Comp., para a introducção de barcos destinados á pesca ou á conducção de peixe vivo.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvado o Decreto n.º 4737 de 7 de Junho de 1871, que concedeu a João Antonio Rodrigues Martins & Comp., o privilegio, por cinco annos, para introduzirem no porto do Rio de Janeiro barcos á vela ou a vapor, destinados á pesca ou á conducção de peixe vivo; sendo elevado a quinze annos o prazo do mesmo privilegio.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Setembro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de Setembro de 1871. — O Director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 2024 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva o art. 7.º dos estatutos da Companhia Locomotora.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvado o art. 7.º, a que se refere o Decreto n.º 3568 de 20 de Dezembro de 1865, na parte em que necessita da approvação do Poder Legislativo.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em onze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 20 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de Setembro de 1871.—O Director geral, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 2025 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Aristides Arminio Guaraná.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 4.° anno da Escola Central o alumno ouvinte Aristides Arminio Guaraná, a fim de obter o grão de Bacharel em mathematicas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 22 de Setembro de 1871.— *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2026 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Juliano José de Amorim Gomes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 4.° anno da Escola Central o alumno ouvinte Juliano José de Amorim Gomes, a fim de poder obter o grão de Bacharel em mathematicas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 22 de Setembro de 1871.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2027 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871

Autoriza o Governo a mandar admittir a exame na Escola Central o alumno ouvinte Cesario de Almeida Nobre de Gusmão.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 4.° anno da Escola Central o alumno ouvinte Cesario de Almeida Nobre de Gusmão, a fim de obter o grão de Bacharel em mathematicas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 22 de Setembro de 1871.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2028 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir á matricula na Escola Central o alumno ouvinte Emygdio Cavalcante de Mello.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar admittir á matricula do 4.° anno da Escola Central o alumno ouvinte Emygdio Cavalcante de Mello, a fim de poder obter o grão de Bacharel em sciencias physicas e mathematicas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 22 de Setembro de 1871.— *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2029 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir o Tenente-Coronel Floriano Vieira Peixoto a fazer exame de mineralogia, a fim de que possa obter o grão de Bacharel em sciencias mathematicas e physicas.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar admittir o Tenente-Coronel Floriano Vieira Peixoto a fazer exame de mineralogia, a fim de que possa obter o grão de Bacharel em sciencias mathematicas e physicas.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 16 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 22 de Setembro de 1871.— *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2030 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a D. Anna Joaquina de Brito Favilla, e outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 26 de Julho de 1871: de 60$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a D. Anna Joaquina de Brito Favilla, viuva do Brigadeiro reformado do exercito Luiz Antonio Favilla; de 60$000 mensaes, igual ao soldo da patente de Capitão, a D. Carolina Henriqueta Martinelli, mãi do Capitão do 27.° corpo de voluntarios da patria Eduardo Emilio Martinelli, morto no combate de 12 de Agosto de 1869; de 30$000 mensaes, igual ao meio soldo que percebia seu filho e sem prejuizo do montepio que lhe compete por lei, a D. Maria Izabel Carlota da Fonseca, mãi do 1.° Tenente da armada Affonso Henrique da Fonseca, fallecido em consequencia de enfermidade adquirida na esquadra que operou contra o governo do Paraguay.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Setembro de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2031 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva a pensão mensal concedida a D. Francisca Rosa de Alvim Paraguassú.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Fica approvada a pensão de 60$000 mensaes, concedida a D. Francisca Rosa de Alvim Paraguassú, viuva do Capitão de voluntarios da patria Antonio Ferreira Mascarenhas Paraguassú, pelo Decreto de 21 de Junho de 1871, que modificou o de 7 de Dezembro de 1870.

Art. 2.° Esta pensão será paga da data do citado Decreto de 7 de Dezembro de 1870, e sem prejuizo do meio soldo a que a agraciada possa ter direito.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Setembro de 1871.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 2032 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões diarias concedidas ao soldado do 53.° corpo de voluntarios da patria Antonio Felinto de Almeida, e outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 19 de Julho de 1871: de 400 réis aos soldados, do 53.° corpo de voluntarios da patria Antonio Felinto de Almeida, do 5.° batalhão de infantaria Emilio Alves Pinto; de 500 réis aos anspeçadas, do 46.° corpo de voluntarios da patria Affonso Manoel Barbosa, do 4.° corpo provisorio de artilharia Macario José Gomes, do 7.° corpo de cavallaria de guardas nacionaes do Rio Grande do Sul José Maria de Faria, do 55.° corpo de voluntarios da patria Vital Vicente Ferreira, ao Cabo de Esquadra do 16.° corpo de cavallaria de guardas nacionaes do Rio Grande do Sul Manoel Antonio de Moraes, ao Cabo de Esquadra reformado do 2.° batalhão de artilharia a pé Henrique José de Carvalho; e de 600 réis ao 1.° Sargento do 16.° corpo de voluntarios da patria Augusto da Silva Guimarães, todos impossibilitados de procurar meios de subsistencia por ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou aos 18 de Setembro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Setembro de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

LEI N. 2033 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1871.

Altera differentes disposições da Legislação Judiciaria.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

DAS AUTORIDADES E DAS SUBSTITUIÇÕES.

Art. 1.º Nas capitaes, que forem sédes de Relações, e nas comarcas de um só termo a ellas ligadas por tão facil communicação que no mesmo dia se possa ir e voltar, a jurisdicção de 1.ª instancia será exclusivamente exercida pelos Juizes de Direito, e a de 2.ª pelas Relações.

Na Côrte e nas capitaes da Bahia, Pernambuco e Maranhão a Provedoria de capellas e residuos será de jurisdicção privativa. Na capital do Imperio é creado mais um lugar de Juiz de Orphãos.

§ 1.º Para a substituição dos Juizes de Direito nas ditas comarcas haverá Juizes substitutos, cujo numero não excederá ao dos Juizes effectivos; sendo nomeados pelo Governo d'entre os doutores ou bachareis formados em direito com dous annos de pratica do fôro pelo menos; e servirão por quatro annos nas mesmas condições e vantagens dos Juizes Municipaes.

§ 2.º Os Juizes substitutos sómente exercerão a jurisdicção plena em falta dos effectivos que substituem-se reciprocamente na mesma comarca, sempre que fôr possivel.

§ 3.º São reduzidos a tres os supplentes dos Juizes Municipaes, Delegados e Subdelegados de Policia em cada termo ou districto. Igual numero de supplentes terão os Juizes substitutos.

§ 4.º E' incompativel o cargo de Juiz Municipal e substitutos com o de qualquer autoridade policial.

§ 5.º Os Chefes de Policia serão nomeados d'entre os magistrados, doutores e bachareis em direito que tiverem quatro annos de pratica do fôro ou de administração, não sendo obrigatoria a aceitação do cargo. E, quando magistrados no exercicio do cargo policial, não gozarão do predicamento de sua magistratura; vencerão, porém, a respectiva antiguidade, e terão os

mesmos vencimentos pecuniarios se forem superiores aos do lugar de Chefe de Policia.

§ 6.º Nos impedimentos dos Chefes de Policia servirão as pessoas que forem designadas pelo Governo na Côrte, e pelos Presidentes nas Provincias, guardada sempre que fôr possivel a condição relativa aos effectivos.

§ 7.º Haverá em cada termo um adjunto do Promotor Publico, proposto pelo Juiz de Direito da respectiva comarca e approvado pelo Presidente da Provincia.

§ 8.º Na falta do adjunto do Promotor Publico, as suas funcções serão exercidas por qualquer pessoa idonea nomeada pelo Juiz da culpa para o caso especial de que se tratar.

DAS ATTRIBUIÇÕES CRIMINAES.

Art. 2.º Aos Juizes de Paz, além das suas actuaes attribuições, compete:

§ 1.º O julgamento das infracções de posturas municipaes com appellação para os Juizes de Direito; ficando porém supprimida a competencia para julgar as infracções dos termos de segurança e bem viver.

§ 2.º A concessão da fiança provisoria.

Art. 3.º Aos Juizes Municipaes fica competindo, além das outras attribuições:

§ 1.º A organização do processo crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2.º O julgamento da infracção dos termos de segurança e bem viver, que as autoridades policiaes e os Juizes de Paz tiverem feito assignar.

Art. 4.º Aos Juizes de Direito das comarcas do art. 1.º e bem assim aos Juizes Municipaes de todos os outros termos fica exclusivamente pertencendo a pronuncia dos culpados nos crimes communs; o julgamento nos crimes de que trata o art. 12 § 7.º do Codigo do Processo Criminal e o da infracção dos termos de segurança e bem viver; podendo ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e organização dos respectivos processos até o julgamento e a pronuncia exclusivamente; e com a mesma limitação pelos Delegados e Subdelegados de Policia quanto ao processo dos crimes do citado art. 12 § 7.º do Codigo do Processo Criminal.

Art. 5.º Aos mesmos Juizes de Direito tambem pertence:

§ 1.° O processo e julgamento dos crimes de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2.° A decisão das suspeições postas aos substitutos e Juizes de Paz.

§ 3.° Em geral quaesquer outras attribuições conferidas aos Juizes de 1.ª instancia.

Art. 6.° Ao Tribunal da Relação compete conhecer e julgar todos os recursos interpostos das decisões dos Juizes de Direito das comarcas do art. 1.°; e aos Desembargadores, membros das respectivas Relações, a Presidencia das sessões do Jury nas mesmas comarcas.

Art. 7.° Aos Juizes de Direito em geral, além de suas actuaes attribuições, compete:

§ 1.° O julgamento do crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2.° A decisão das suspeições postas aos Juizes inferiores e aos mesmos Juizes de Direito na ordem designada.

§ 3.° A concessão de fiança.

Art. 8.° Aos substitutos dos Juizes de Direito das comarcas do art. 1.°, e igualmente aos supplentes dos Juizes Municipaes de todos os termos, além da substituição marcada para os casos de impedimento dos respectivos Juizes, compete:

§ 1.° A cooperação no preparo dos processos, de que trata o art. 12 § 7.° do Codigo do Processo Criminal, assim como na formação da culpa nos crimes communs, exclusivamente até o julgamento e a sentença de pronuncia; devendo os respectivos Juizes competentes, antes de proferirem suas decisões, rectificar os processos quando fôr preciso.

§ 2.° A concessão de fianças.

Art. 9.° Fica extincta a jurisdicção dos Chefes de Policia, Delegados e Subdelegados no que respeita ao julgamento dos crimes de que trata o art. 12 § 7.° do Codigo do Processo Criminal, assim como quanto ao julgamento das infracções dos termos de bem viver e segurança, e das infracções de posturas municipaes.

Paragrapho unico. Fica tambem extincta a competencia dessas autoridades para o processo e pronuncia nos crimes communs; salva aos Chefes de Policia a faculdade de proceder á formação da culpa e pronunciar no caso do art. 60 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

Do despacho de pronuncia, neste caso, haverá, sem suspensão das prisões decretadas, recurso necessario, nas Provincias de facil communicação com a séde das

Relações, para o Presidente da respectiva Relação; nas de difficil communicação, para o Juiz de Direito da capital da mesma Provincia.

Art. 10. Aos Chefes, Delegados e Subdelegados de Policia, além das suas actuaes attribuições tão sómente restringidas pelas disposições do artigo antecedente, e § unico, fica pertencendo o preparo do processo dos crimes, de que trata o art. 12 § 7.° do Codigo do Processo Criminal até a sentença exclusivamente. Por escripto serão tomadas nos mesmos processos, com os depoimentos das testemunhas, as exposições da accusação e defesa; e os competentes julgadores, antes de proferirem suas decisões, deverão rectificar o processo no que fôr preciso.

§ 1.° Para a formação da culpa nos crimes communs as mesmas autoridades policiaes deverão em seus districtos proceder ás diligencias necessarias para descobrimento dos factos criminosos e suas circumstancias, e transmittirão aos Promotores Publicos, com os autos de corpo de delicto e indicação das testemunhas mais idoneas, todos os esclarecimentos colligidos; e desta remessa ao mesmo tempo darão parte á autoridade competente para a formação da culpa.

§ 2.° Pertence-lhes igualmente a concessão da fiança provisoria.

Art. 11. As suspeições postas aos Juizes de Direito serão decididas:

§ 1.° Nas comarcas, de que trata o art. 1.° desta Lei, pelo Presidente da respectiva Relação.

§ 2.° Nas demais comarcas, pelo Juiz de Direito da comarca mais vizinha do termo em que se arguir a suspeição. Uma tabella fixará a ordem da proximidade reciproca de cada comarca.

DA PRISÃO.

Art. 12. Para execução do disposto nos arts. 132 e 133 do Codigo do Processo Criminal, observar-se-ha o seguinte:

§ 1.° Não havendo autoridade no lugar em que se effectuar a prisão, o conductor apresentará immediatamente o réo áquella autoridade que ficar mais proxima.

§ 2.° São competentes os Chefes de Policia, Juizes de Direito e seus substitutos, Juizes Municipaes e seus substitutos, Juizes de Paz, Delegados e Subdelegados de

Policia. Na falta ou impedimento do Escrivão servirá para lavrar o competente auto qualquer pessoa que alli mesmo fôr designada e juramentada.

§ 3.° Quando a prisão fôr por delicto, de que trata o art. 12 § 7.° do Codigo do Processo Criminal, o Inspector de quarteirão ou mesmo o official de justiça, ou commandante da força, que effectuar a prisão, formará o auto de que trata o art. 132 acima citado, e porá o réo em liberdade, salva a disposição do art. 37 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 300 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842; intimando o mesmo réo para que se apresente, no prazo que fôr marcado, á autoridade judicial, a quem o dito auto fôr remettido, sob pena de ser processado á revelia.

Art. 13. O mandado de prisão será passado em duplicata. O executor entregará ao preso, logo depois de effectuada a prisão, um dos exemplares do mandado com declaração do dia, hora e lugar, em que effectuou a prisão, e exigirá que declare no outro havel-o recebido; recusando-se o preso, lavrar-se-ha auto assignado por duas testemunhas. Nesse mesmo exemplar do mandado o carcereiro passará recibo da entrega do preso com declaração do dia e hora.

§ 1.° Nenhum carcereiro receberá preso algum sem ordem por escripto da autoridade, salvo nos casos de flagrante delicto, em que por circumstancias extraordinarias se dê impossibilidade de ser o mesmo preso apresentado á autoridade competente nos termos dos paragraphos acima.

§ 2.° A' excepção de flagrante delicto, a prisão antes da culpa formada só póde ter lugar nos crimes inafiançaveis, por mandado escripto do Juiz competente para a formação da culpa ou á sua requisição; neste caso precederá ao mandado ou á requisição declaração de duas testemunhas, que jurem de sciencia propria, ou prova documental de que resultem vehementes indicios contra o culpado ou declaração deste confessando o crime.

§ 3.° A falta, porém, do mandado da autoridade formadora da culpa, na occasião, não inhibirá a autoridade policial ou Juiz de Paz de ordenar a prisão do culpado de crime inafiançavel, quando encontrado, se para isso houverem de qualquer modo recebido requisição da autoridade competente, ou se fôr notoria a expedição de ordem regular para a captura; devendo, porém, immediatamente ser levado o preso á presença da competente autoridade judiciaria para delle dispôr.

E assim tambem fica salva a disposição do art. 181, membro 2.° do Codigo Criminal.

§ 4.° Não terá lugar a prisão preventiva do culpado, se houver decorrido um anno depois da data do crime.

DA FIANÇA.

Art. 14. A fiança provisoria terá lugar nos mesmos casos em que se dá fiança definitiva. Os seus effeitos durarão por 30 dias, e por mais tantos outros dias, quantos forem necessarios para que o réo possa apresentar-se ante o Juiz competente para prestar a fiança definitiva na razão de quatro leguas por dia.

§ 1.° A fiança regular-se-ha por uma tabella organizada pelo Governo, fixando o maximo e o minimo de cada anno de prisão com trabalho, de prisão simples com multa ou sem ella, degredo ou desterro.

§ 2.° Dentro dos dous termos, o Juiz, independente de arbitramento, fixará o valor da fiança, attendendo á gravidade do delicto e á condição de fortuna do réo.

§ 3.° Em crime afiançavel ninguem será conduzido á prisão, se perante qualquer das autoridades mencionadas no art. 12 § 2.° desta Lei prestar fiança provisoria por meio de deposito em dinheiro, metaes e pedras preciosas, apolices da divida publica ou pelo testemunho de duas pessoas reconhecidamente abonadas que se obriguem pelo comparecimento do réo durante a dita fiança sob a responsabilidade do maximo de que acima se trata; e estando já preso será immediatamente solto, se perante o Juiz da culpa prestar fiança definitiva, na fórma dos arts. 303 e 304 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, ou ainda a provisoria, se não houverem decorrido os 30 dias depois de sua apresentação ao Juiz.

§ 4.° O quebramento da fiança importa a perda de metade do valor definitivo desta e obriga o réo ao processo e julgamento á revelia, nos termos do art. 43 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, subsistindo a disposição do art. 44 da mesma Lei.

§ 5.° Nas sentenças de pronuncia e nos mandados de prisão se declarará o valor da fiança a que fica o réo sujeito.

§ 6.° A fiança póde ser prestada em qualquer termo do processo, uma vez que seja reconhecido o crime por afiançavel.

§ 7.° E' derogada a disposição do art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

DA QUEIXA OU DENUNCIA.

Art. 15. Fica abolido o procedimento *ex-officio* dos Juizes formadores da culpa, excepto nos casos de flagrante delicto; nos crimes policiaes; e nas especies dos §§ 5.° e 7.° deste artigo.

§ 1.° No caso de flagrante delicto, se o réo obtiver fiança, a queixa ou denuncia será apresentada dentro dos 30 dias da perpetração do delicto.

§ 2.° Se o réo estiver preso, a queixa ou denuncia será offerecida dentro de cinco dias.

§ 3.° Não estando o réo preso nem afiançado, o prazo para a queixa ou denuncia será igualmente de cinco dias, contados da data em que o Promotor Publico receber os esclarecimentos e provas do crime ou em que este se tornar notorio.

§ 4.° As autoridades competentes remetterão aos Promotores Publicos ou seus adjuntos as provas que obtiverem sobre a existencia de qualquer delicto, a fim de que elles procedam na fórma das leis.

§ 5.° Se esgotados os prazos acima declarados, os Promotores Publicos ou seus adjuntos não apresentarem a queixa ou denuncia, a autoridade formadora da culpa procederá *ex-officio*, e o Juiz de Direito multará os Promotores ou adjuntos omissos na quantia de 20$000 a 100$000, se não offerecerem motivos justificativos de sua falta.

§ 6.° O Promotor Publico, a quem o adjunto deverá communicar a queixa ou denuncia que tiver apresentado, poderá addicional-a como entender mais justo, e proseguir nos termos da formação da culpa.

§ 7.° As autoridades judiciarias, sempre que reconhecerem casos de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia; e não sendo, remetterão ao Promotor Publico ou seu adjunto as provas que sirvam para fundamentar a denuncia; participando esta remessa á autoridade a quem competir a formação da culpa. Se, porém, o Promotor ou seu adjunto não officiar nos prazos dos §§ 1.°, 2.° e 3.°, applicar-se-ha a disposição do § 5.°

Art. 16. Aos Promotores Publicos, além das actuaes attribuições, compete:

§ 1.° Assistir, como parte integrante do Tribunal do Jury, a todos os julgamentos, inclusive aquelles em que haja accusador particular; e por parte da Justiça dizer de facto e de direito sobre o processo em julgamento.

§ 2.º Nos processos por crimes em que caiba a acção publica, embora promovidos por accusação particular, pertence tambem ao Promotor Publico promover os termos da accusação e interpôr qualquer recurso que no caso couber, quér na formação da culpa, quér no julgamento.

DOS RECURSOS.

Art. 17. O recurso, de que trata o art. 281 do Codigo do Processo Criminal, fica convertido em aggravo no auto do processo.

§ 1.º Os recursos de pronuncia ou não pronuncia seguirão sempre nos proprios autos; podendo as partes arrazoar e juntar documentos nos prazos legaes.

São voluntarios os que forem interpostos das decisões dos Juizes de Direito do art. 1.º desta lei, em processo de formação da culpa nos crimes communs.

São, porém, necessarios os mesmos recursos das decisões dos Juizes Municipaes, que *ex-officio* os farão expedir sem suspensão das prisões decretadas.

§ 2.º Do despacho que não aceitar a queixa ou denuncia, e bem assim da sentença de commutação da multa, haverá recurso voluntario para o Juiz de Direito ou para a Relação, conforme fôr a decisão proferida pelo Juiz Municipal ou de Direito.

§ 3.º Não são prejudicados os recursos interpostos *ex-officio* ou pelo Promotor Publico, quando expedidos ou apresentados fóra dos prazos fataes; serão, porém, responsabilisados o Juiz, o Promotor Publico ou qualquer official do Juizo pelas faltas ou inexactidões que occasionarem a demora.

Tambem em nenhum caso serão prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por causa de falta, erro ou omissão do official do Juizo ou de outrem não tiverem seguimento e apresentação em tempo no Juizo *ad quem*.

§ 4.º A appellação do § 1.º do art. 79 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 só tem effeito suspensivo quando interposta de sentença absolutoria do accusado de crime inafiançavel, e não sendo unanime a decisão do Jury que a determinar. Faltando qualquer destas condições sómente será recebida no effeito devolutivo.

§ 5.º Tão sómente terá effeito suspensivo a appellação interposta, pelo Promotor Publico ou parte offendida, da sentença de absolvição, quando fôr esta proferida a

respeito de réos accusados de crimes punidos no maximo com as penas de morte, galés ou prisão com trabalho por 20 ou mais annos e prisão simples perpetua.

Nunca, porém, a mesma appellação terá effeito suspensivo, se fôr unanime a decisão do jury que determinar a respectiva sentença.

No prazo de dous dias deve ser interposta a appellação de que trata este paragrapho, e não o sendo pôr-se-hão logo em liberdade os réos absolvidos; os sujeitos a penas menores, immediatamente depois de proferida a sentença absolutoria.

§ 6.° Não havendo sessão do Jury em algum termo poderá o réo ser julgado em outro termo mais vizinho da mesma comarca, se assim o requerer e o Promotor Publico ou a parte accusadora convier. E independente de convenção de partes, sempre que não fôr possivel effectuar o julgamento do réo no districto da culpa, terá lugar no Juizo do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca.

Verificar-se-ha a impossibilidade, se em tres sessões successivas do Jury não puder ter lugar o julgamento.

DO HABEAS-CORPUS.

Art. 18. Os Juizes de Direito poderão expedir ordem de *habeas-corpus* a favor dos que estiverem illegalmente presos, ainda quando o fossem por determinação do Chefe de Policia ou de qualquer outra autoridade administrativa, e sem exclusão dos detidos a titulo de recrutamento, não estando ainda alistados como praças no exercito ou armada.

A superioridade de grão na ordem da jurisdicção judiciaria é a unica que limita a competencia da respectiva autoridade em resolver sobre as prisões feitas por mandado das mesmas autoridades judiciaes.

§ 1.° Tem lugar o pedido e concessão da ordem de *habeas-corpus* ainda quando o impetrante não tenha chegado a soffrer o constrangimento corporal, mas se veja delle ameaçado.

§ 2.° Não se poderá reconhecer constrangimento illegal na prisão determinada por despacho de pronuncia ou sentença da autoridade competente, qualquer que seja a arguição contra taes actos, que só pelos meios ordinarios podem ser nullificados.

§ 3.° Em todos os casos em que a autoridade, que conceder a ordem de *habeas-corpus*, reconhecer que houve,

da parte da que autorizou o constrangimento illegal, abuso de autoridade ou violação flagrante da lei, deverá, conforme fôr de sua competencia, fazer effectiva, ordenar ou requisitar a responsabilidade da que assim abusou.

§ 4.° Negada a ordem de *habeas-corpus* ou de soltura pela autoridade inferior, poderá ella ser requerida perante a superior.

§ 5.° Quando dos documentos apresentados se reconhecer evidentemente a illegalidade do constrangimento, o Juiz a quem se impetrar a ordem de *habeas-corpus* poderá ordenar a immediata cessação, mediante caução, até que se resolva definitivamente.

§ 6.° E' reconhecido e garantido o direito de justa indemnização, e, em todo o caso, das custas contadas em tresdobro, a favor de quem soffrer o constrangimento illegal, contra o responsavel por semelhante abuso de poder.

§ 7.° A plena concessão do *habeas-corpus* não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar em Juizo competente.

§ 8.° Não é vedado ao estrangeiro requerer para si ordem de *habeas-corpus*, nos casos em que esta tem lugar.

DISPOSIÇÕES PENAES.

Art. 19. Aquelle que por impericia, imprudencia ou falta de observancia de algum regulamento commetter ou fôr causa de um homicidio involuntario, será punido com prisão de um mez a dous annos e multa correspondente.

Quando do facto resultarem sómente ferimentos ou offensas physicas, a pena será de cinco dias a seis mezes.

Art. 20. Os casos de que trata o art. 10 do Codigo Criminal são do conhecimento e decisão do Juiz formador da culpa, com appellação *ex-officio* para a Relação, quando a decisão fôr definitiva.

Os crimes do art. 14 do mesmo Codigo são só da competencia do Jury.

Art. 21. Em geral o estellionato, de que trata o § 4.° do art. 264 do Codigo Criminal, é o artificio fraudulento, pelo qual se obtenha de outrem a entrega de dinheiro, fundos, titulos ou quaesquer bens, pelos seguintes meios :

§ 1.° Usando-se de falso nome ou falsa qualidade;

§ 2.° Usando-se de papel falso ou falsificado;

§ 3.º Empregando-se fraude para persuadir a existencia de emprezas, bens, credito ou poder supposto ou para produzir a esperança de qualquer accidente.

DAS ATTRIBUIÇÕES CIVEIS.

Art. 22. Aos Juizes de Paz compete o julgamento das causas civeis até o valor de 100$, com appellação para os Juizes de Direito.

Art. 23. Aos Juizes Municipaes compete:

§ 1.º O preparo de todos os feitos civeis que cabem ao Juiz de Direito julgar.

§ 2.º O processo e julgamento das causas civeis do valor de mais de 100$ até 500$, com appellação para os Juizes de Direito.

§ 3.º A publicação e execução das sentenças civeis, podendo ser perante elles interpostos e preparados os recursos que dellas couberem.

Art. 24. Aos Juizes de Direito compete:

§ 1.º O julgamento em 1.ª instancia de todas as causas civeis nas respectivas comarcas, e o preparo das mesmas nas comarcas de que trata o art. 1.º desta Lei.

Inclue-se nessa competencia o julgamento das partilhas, contas de tutores, bem como qualquer outra decisão definitiva que ponha termo á causa em 1.ª instancia.

§ 2.º A decisão dos aggravos interpostos dos Juizes inferiores.

§ 3.º A decisão das suspeições postas aos Juizes inferiores.

§ 4.º A execução das sentenças civeis nos termos em que não houver Juiz Municipal.

Art. 25. Os Juizes de Direito nas comarcas de que trata o art. 1.º poderão ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e instrucção dos feitos civeis até qualquer sentença exclusivamente.

Art. 26. As suspeições em materia civel postas aos Juizes de Direito serão decididas pelo modo determinado no art. 11 desta Lei.

DO PROCESSO CIVEL.

Art. 27. Nas causas até 100$ o processo será summarissimo e determinado em regulamento pelo Governo.

Nas causas de mais de 100$ até 500$ seguir-se-ha o processo summario estabelecido no Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850, arts. 237 até 244, salvo tratando-se de bens de raiz.

§ 1.º O Juiz de 1.ª instancia que tiver em sua conclusão o feito, o despachará no prazo de 60 dias o mais tardar, quando a sentença fôr definitiva, e nos mais casos no prazo de 10 dias.

§ 2.º Das justificações feitas em qualquer Juizo não se deixará traslado, salvo quando a parte o pedir.

§ 3.º Ficam abolidos os dias denominados de côrte, de que trata a Ord. Liv. 3.º Tit. 1.º

§ 4.º Os feitos civeis serão na Relação vistos e julgados por tres Juizes, incluindo o relator, que deverá fazer por escripto o relatorio da causa estabelecido pelo Regulamento do Processo Commercial.

§ 5.º O Juiz do Feito o apresentará com o relatorio dentro de 40 dias contados daquelle em que lhe fôr distribuido; podendo o Presidente da Relação prorogar este prazo a seu prudente arbitrio por mais 20 dias.

§ 6.º Os revisores terão sómente 20 dias para a revisão, os quaes do mesmo modo poderão ser prorogados até 30.

§ 7.º Das sentenças dos Juizes de Direito em causa de valor até 500$ não haverá appellação.

DOS VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES.

Art. 28. O Governo marcará os vencimentos que devem ter os Chefes de Policia que não forem magistrados, não podendo exceder aos vencimentos actuaes.

§ 1.º Igualmente poderá arbitrar aos adjuntos dos Promotores Publicos uma gratificação não excedente de 500$ annuaes, nos lugares onde julgar conveniente.

§ 2.º O exercicio do cargo de substituto do Juiz de Direito por quatro annos habilita para o lugar de Juiz de Direito.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS.

Art. 29. A pronuncia não suspende senão o exercicio das funcções publicas e o direito de ser votado para eleitor, membro da Assembléa Geral e Provincial, e cargos para os quaes se exige qualidade para ser eleitor, ficando todavia salva a disposição do art. 2.º da Lei de 19 de Agosto de 1846.

§ 1.º E' derogado o art. 66 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e restabelecido o art. 332 do Codigo do Processo Criminal.

§ 2.º Os Juizes de Direito nos crimes communs serão processados e julgados perante as Relações. Os Chefes de Policia igualmente o serão, quér nos crimes communs, quér nos de responsabilidade.

§ 3.º E' o Governo autorizado a fixar o numero dos Juizes de Direito em cada uma das comarcas do art. 1.º, sem exceder ao correspondente aos lugares actualmente creados de Juizes de Direito, Municipaes e de Orphãos. Todos exercerão cumulativamente a jurisdicção civel, á excepção dos Juizes de varas privativas; e conjunctamente com estes a jurisdicção criminal na mesma comarca, conforme se determinar em regulamento.

§ 4.º O Governo fará nova classificação das comarcas quanto ás entrancias, e, feita ella, só por lei poderá ser alterada.

§ 5.º O exercicio do cargo de Juiz de Direito por sete annos em comarcas de 1.ª entrancia habilita o Juiz para ser removido para qualquer comarca de 3.ª entrancia.

§ 6.º O Governo fica autorizado a rever o Regimento de Custas.

§ 7.º Haverá na Côrte mais dous Escrivães de Orphãos e mais um para o Jury e execuções criminaes com o vencimento annual de 1:200$, tendo igual vencimento o Escrivão companheiro.

§ 8.º Os Tabelliães de Notas poderão fazer lavrar as escripturas por escreventes juramentados, subscrevendo-as elles e carregando com a inteira responsabilidade; e ser-lhes-ha permittido ter mais de um livro dellas como fôr marcado em regulamento.

§ 9.º Será permittido ás partes indicar ao Distribuidor o Tabellião que preferem para fazer a escriptura, sem que por isso haja compensação na mesma distribuição.

§ 10. Os Juizes de Direito, Desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal de Justiça que se acharem physica ou moralmente impossibilitados, serão aposentados, a seu pedido ou por iniciativa do Governo, com o ordenado por inteiro, se contarem 30 annos de serviço effectivo, e com o ordenado proporcional se tiverem mais de 10.

§ 11. Sómente depois de intimado o magistrado para requerer a aposentação, e não o fazendo terá ella lugar por iniciativa do Governo, precedendo consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, e procedendo-se préviamente aos exames e diligencias neces-

sarias, com audiencia do mesmo magistrado, por si ou por um curador no caso de impossibilidade.

§ 12. Quando substituir ao Juiz de Direito perceberá o substituto nas comarcas do art. 1.º e o Juiz Municipal nas outras comarcas, além do proprio ordenado, a gratificação do Juiz effectivo e os emolumentos pelos actos que praticar.

§ 13. O supplente do Juiz Municipal, no effectivo exercicio das respectivas funcções, terá a gratificação complementar do ordenado do mesmo Juiz e os emolumentos pelos actos que praticar. Nos termos reunidos essa gratificação será dividida pelos supplentes que exercerem a jurisdicção.

§ 14. O Governo poderá, no regulamento que der para a execução da presente Lei, impôr prisão até tres mezes e multa até 200$; e fará consolidar todas as disposições legislativas e regulamentares concernentes ao processo civil e criminal.

Art. 30. São revogadas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

Carta de Lei pela qual Vossa Alteza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, alterando differentes disposições da Legislação Judiciaria, como acima se declara.

Para Vossa Alteza Imperial Ver.

Gustavo Adolfo da Silveira Reis a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 27 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 21 de Novembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

DECRETO N. 2034 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado de infantaria Leoncio José Corrêa, e outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 26 de Julho de 1871, a saber:

De 400 réis diarios aos soldados, do 1.° batalhão de infantaria Leoncio José Corrêa, do 8.° dito Jeronymo de Almeida Santarém, do 4.° regimento de cavallaria ligeira Jeronymo Francisco Gomes de Moraes, do 7.° corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Avelino Sisiano das Chagas; de 500 réis diarios ao Cabo de Esquadra do 4.° batalhão de artilharia a pé João Ferreira da Costa, e de 600 réis diarios aos 1.os Sargentos, do 13.° batalhão de infantaria João Maria Antunes Rabello, e do 15.° corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Gaspar Corrêa Figueiró, todos impossibilitados de procurar meios de subsistencia por ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 23 de Setembro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Setembro de 1871. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.* Director geral substituto.

DECRETO N. 2035 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1871.

Determina que a Lei n.º 1836 de 27 de Setembro de 1870 continue em vigor no 1.º semestre do exercicio de 1872—73, com diversas alterações, se antes não fôr promulgada a respectiva lei de orçamento.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A Lei n.º 1836 de 27 de Setembro de 1870, decretada para o exercicio de 1871 — 72, continuará em vigor no 1.º semestre do de 1872 — 73, se antes não fôr promulgada a Lei de Orçamento respectiva, com as seguintes alterações:

§ 1.º O Governo é autorizado a despender desde já, pelos meios que faculta a sobredita lei de orçamento, as sommas necessarias para execução das seguintes Leis do anno passado:

N. 1767 de 9 de Julho, garantindo juros de 5 % ao capital addicional da Estrada de Ferro de Pernambuco;

N. 1808 de 2 de Agosto, subvencionando a navegação a vapor do rio Araguaya;

N. 1829 de 9 de Setembro, concernente á repartição de estatistica:

N. 1832 de 9 de Setembro, que consignou o credito de mil contos de réis para o abastecimento d'agua á capital do Imperio;

N. 1837 de 27 de Setembro, autorizando o fabrico de moeda de nickel;

N. 1904 de 17 de Outubro, que fixou 35:000$000 para as despezas com a demarcação do patrimonio em terras estabelecido a Sua Alteza Imperial a Sra. D. Izabel e seu Augusto Esposo;

N. 1905 de 17 de Outubro, que fixou 35:000$000 para as despezas com a demarcação do patrimonio em terras estabelecido a Sua Alteza a Sra. D. Leopoldina e seu Augusto Esposo.

§ 2.º Continúa em vigor a autorização do art. 12 da Lei n.º 1836 de 27 de Setembro de 1870, para conversão da divida fluctuante, ficando, porém, tal autorização limitada, e quando seja indispensavel, á parte relativa aos bilhetes do Thesouro, que não houver sido resgatada em consequencia do disposto no art. 3.º da Lei n.º 1953 de 17 de Julho do corrente anno.

§ 3.º As porcentagens de 34 e 25 por cento, cobradas

sobre os direitos de importação, em virtude do art. 1.º § 1.º da Resolução n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, e Decreto n.º 4601 de 24 de Setembro de 1870, serão reduzidas para o anno civil de 1872, a primeira a 28 %, e a segunda a 21 %.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e tres de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 26 de Setembro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 27 de Setembro de 1871.— *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2036 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1871.

Concede á administração do Hospicio de Pedro II vinte loterias para a continuação das obras de acrescentamento do seu edificio.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. São concedidas á administração do Hospicio de Pedro II vinte loterias para coadjuvar a continuação das obras de acrescentamento do seu edificio.

a fim de poder accommodar e tratar de maior numero de doentes; devendo ser extrahidas quatro por anno, de modo a terminar-se o favor em o prazo de cinco annos, na conformidade das clausulas, planos e condições das loterias concedidas á Santa Casa da Misericordia da Côrte, revogadas para esse fim as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e sete de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 30 de Setembro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Estava o sello das Armas Imperiaes.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 3 de Outubro de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2037 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material e trem rodante para o ferro-carril da Cidade de S. Luiz do Maranhão e seus suburbios.

Viação urbana

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a facultar aos concessionarios do ferro-carril, na Cidade de S. Luiz do Maranhão e seus suburbios, isenção de direitos de

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

portação para todo o material e trem rodante, necessarios á construcção e custeio do mesmo ferro-carril: fixando o Governo previamente a quantidade e qualidade dos objectos que houverem de ser despachados com tal isenção.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 10 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 16 de Outubro de 1871.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2038 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material fixo e fluctuante da empreza de navegação a vapor no canal de Campos a Macahé.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a conceder isenção de direitos de importação para todo o material fixo e

fluctuante da empreza de navegação a vapor no canal de Campos a Macahé; fixando o Governo previamente a quantidade e qualidade dos objectos favorecidos com a isenção.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 10 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 16 de Outubro de 1871. — *José Serveiano da Rocha.*

DECRETO N. 2039 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos ao material necessario as obras da companhia Santa Thereza, estabelecida na capital de Pernambuco, bem como as materias primas para a illuminação a gaz da cidade de Olinda.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a facultar á companhia Santa Thereza, estabelecida na capital da

Provincia de Pernambuco, isenção de direitos de importação para todo o material necessario ás obras a cargo da mesma empreza, e materias primas para a illuminação a gaz da Cidade de Olinda da mesma Provincia, fixando o Governo previamente a quantidade e qualidade dos objectos que houverem de ser despachados com tal isenção.

Paragrapho unico. O Governo mandará restituir á referida companhia quaesquer direitos que tenham sido pagos pela mesma, provenientes dos referidos materiaes já despachados.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 10 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 16 de Outubro de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

LEI N. 2040 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.° Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1.° Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de crial-os e tratal-os até a idade de oito annos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá a opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600$000, ou de utilisar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.

No primeiro caso o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6 %, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos.

A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilisar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2.° Qualquer desses menores poderá remir-se do onus de servir, mediante prévia indemnização pecuniaria, que por si ou por outrem offereça ao senhor de sua mãi, procedendo-se á avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver accôrdo sobre o quantum da mesma indemnização.

§ 3.° Cabe tambem aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquellas estiverem prestando serviços.

Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mãis. Se estas fallecerem dentro daquelle prazo, seus filhos poderão ser postos á disposição do Governo.

§ 4.° Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos

BIBLIOTHECA DA CAMARA

menores de oito annos, que estejam em poder do senhor della por virtude do § 1.º, lhe serão entregues, excepto se preferir deixal-os, e o senhor annuir a ficar com elles.

§ 5.º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 annos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6.º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7.º O direito conferido aos senhores no § 1.º transfere-se nos casos de successão necessaria, devendo o filho da escrava prestar serviços á pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.

Art. 2.º O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores dellas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1.º § 6.º

§ 1.º As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1.º A criar e tratar os mesmos menores.

2.º A constituir para cada um delles um peculio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos.

3.º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada collocação.

§ 2.º As associações de que trata o paragrapho antecedente serão sujeitas á inspecção dos Juizes de Orphãos, quanto aos menores.

§ 3.º A disposição deste artigo é applicavel ás casas de expostos, e ás pessoas a quem os Juizes de Orphãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos creados para tal fim.

§ 4.º Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos publicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1.º impõe ás associações autorizadas.

Art. 3.º Serão annualmente libertados em cada Provincia do Imperio tantos escravos quantos corresponderem

á quota annualmente disponivel do fundo destinado para a emancipação.

§ 1.º O fundo da emancipação compõe-se:

1.º Da taxa de escravos.

2.º Dos impostos geraes sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3.º Do producto de seis loterias annuaes, isentas de impostos, e da decima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Imperio.

4.º Das multas impostas em virtude desta lei.

5.º Das quotas que sejam marcadas no Orçamento geral e nos provinciaes e municipaes.

6.º De subscripções, doações e legados com esse destino.

§ 2.º As quotas marcadas nos Orçamentos provinciaes e municipaes, assim como as subscripções, doações e legados com destino local, serão applicadas á emancipação nas Provincias, Comarcas, Municipios e Freguezias designadas.

Art. 4.º E' permittido ao escravo a formação de um peculio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo peculio.

§ 1.º Por morte do escravo, metade do seu peculio pertencerá ao conjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmittirá aos seus herdeiros, na fórma da lei civil.

Na falta de herdeiros, o peculio será adjudicado ao fundo de emancipação de que trata o art. 3.º

§ 2.º O escravo que, por meio de seu peculio, obtiver meios para indemnização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indemnização não fôr fixada por accôrdo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciaes ou nos inventarios o preço da alforria será o da avaliação.

§ 3.º E', outrosim, permittido ao escravo, em favor da sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e approvação do Juiz de Orphãos.

§ 4.º O escravo que pertencer a condominos, e fôr libertado por um destes, terá direito á sua alforria, indemnizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indemnização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete annos, em conformidade do paragrapho antecedente.

§ 5.º A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a por meio de trabalho nos estabelecimentos publicos ou por contractos de serviços a particulares.

§ 6.º As alforrias, quér gratuitas, quér a titulo oneroso, serão isentas de quaesquer direitos, emolumentos ou despezas.

§ 7.º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é prohibido, sob pena de nullidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou mãi.

§ 8.º Se a divisão de bens entre herdeiros ou socios não comportar a reunião de uma familia, e nenhum delles preferir conserval-a sob o seu dominio, mediante reposição da quota parte dos outros interessados, será a mesma familia vendida e o seu producto rateado.

§ 9.º Fica derogada a Ord. liv. 4.º, tit. 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.

Art. 5.º Serão sujeitas á inspecção dos Juizes de Orphãos as sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organizarem.

Paragrapho unico. As ditas sociedades terão privilegio sobre os serviços dos escravos que libertarem, para indemnização do preço da compra.

Art. 6.º Serão declarados libertos:

§ 1.º Os escravos pertencentes á nação, dando-lhes o Governo a occupação que julgar conveniente.

§ 2.º Os escravos dados em usufructo á Corôa.

§ 3.º Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º Os escravos abandonados por seus senhores.

Se estes os abandonarem por invalidos, serão obrigados a alimental-os, salvo o caso de penuria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Orphãos.

§ 5.º Em geral os escravos libertados em virtude desta Lei ficam durante cinco annos sob a inspecção do Governo. Elles são obrigados a contractar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos.

Cessará, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contracto de serviço.

Art. 7.º Nas causas em favor da liberdade:

§ 1.º O processo será summario.

§ 2.º Haverá appellações *ex-officio* quando as decisões forem contrarias á liberdade.

Art. 8.º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes no Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1.º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será annunciado com a maior antecedencia possivel por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do paragrapho seguinte.

§ 2.º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos.

§ 3.º Pela matricula de cada escravo pagará o senhor por uma vez sómente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1$000 se exceder o dito prazo. O producto deste emolumento será destinado ás despezas da matricula e o excedente ao fundo de emancipação.

§ 4.º Serão tambem matriculados em livro distincto os filhos da mulher escrava que por esta lei ficam livres.

Incorrerão os senhores omissos, por negligencia, na multa de 100$ a 200$, repetida tantas vezes quantos forem os individuos omittidos, e, por fraude, nas penas do art. 179 do codigo criminal.

§ 5.º Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100$000.

Art. 9.º O Governo em seus regulamentos poderá impôr multas até 100$ e penas de prisão simples até um mez.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, declarando de condicão livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta Lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providenciando sobre a criacão e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertacão annual de escravos, como nella se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

O Conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 28 de Setembro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 28 de Setembro de 1871. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 2041 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Escola Central o alumno José Joaquim da Gama Malcher.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Escola Central o alumno ouvinte José Joaquim da Gama Malcher, depois de approvado em arithmetica e geographia, preparatorios que lhe faltam.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado

dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 3 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 9 de Outubro de 1871. — *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2042 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Declara que a disposição do Decreto n.º 1365 de 6 de Junho de 1868 comprehende tambem os artigos importados para as obras, a que se refere o mesmo Decreto, antes da sua promulgação.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A isenção de direitos de importação, concedida pelo Decreto n.º 1365 de 6 de Junho de 1868 para os materiaes necessarios ás obras do encanamento d'agua potavel na capital da Provincia de S. Paulo, comprehende não só os artigos importados depois da promulgação do mesmo Decreto, como os que anteriormente haviam sido despachados para o indicado fim: devendo effectuar-se a restituição de quaesquer quantias que por essa causa se haja cobrado.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Visconde do Rio Branco.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 10 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 16 de Outubro de 1871. — *José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 2043 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao Tenente-General Marquez do Herval, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° São approvadas as seguintes pensões annuaes concedidas por Decretos de 23 de Setembro de 1870, a saber: de 6:000$000 ao Tenente-General Marquez do Herval; de 2:000$000 ao Marechal de Campo Barão de S. Borja; e de 1:200$000 a cada um dos seguintes individuos: Brigadeiros honorarios Barão de Sant'Anna do Livramento, Barão de Sergy e Francisco Vieira de Faria Rocha; Coroneis honorarios Vasco Antonio da Fontoura Chamanco, José do Amaral Ferrador, Fidelis Pio da Silva, Manoel Gonçalves da Cunha, Frau

cisco Antonio Martins, Manoel de Oliveira Bueno e Manoel Cypriano de Moraes.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 7 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2044 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado de voluntarios da patria Jacintho José de Oliveira, e outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficam approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 16 de Agosto de 1871, a saber: de 400 réis diarios aos soldados, do 55.º corpo de voluntarios da patria Jacintho José de Oliveira, e do 16.º batalhão de infantaria Agostinho Cyriaco dos Santos; de 500 réis diarios ao Anspeçada do 9.º batalhão de infantaria Lazaro Theodoro de Paula, todos impossibi-

litados de procurar meios de subsistencia em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 7 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2045—DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 2.° regimento de cavallaria ligeira Manoel Tristão de Miranda, e a outros.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 9 de Agosto de 1871, a saber :

§ 1.° De 400 rs. diarios ao soldado do 2.° regimento de cavallaria ligeira Manoel Tristão de Miranda, invalidado em combate.

§ 2.° De 800$000 annuaes ao Tenente Coronel José Maria Borges, commandante do corpo mineiro de voluntarios da patria, em attenção aos distinctos e relevantes serviços que prestou na guerra contra o governo do Paraguay.

§ 3.° De 39$840 mensaes, para que com a quantia de 20$160 que vence do meio soldo que percebe de seu marido, perfaça a somma de 60$000 mensaes, a D. Candida Elvira de Oliveira, viuva do Capitão de commissão e Tenente do 7.° batalhão de infantaria José Fortunato Alves de Oliveira, fallecido de molestia adquirida em campanha.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 7 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2046 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Francisco Borges Marques.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a fazer acto do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Francisco Borges Marques, depois de examinado e approvado em mathematicas, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2047 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Leopoldo Gustavo Rodrigues da Costa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Leopoldo Gustavo Rodrigues da Costa, não podendo ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2048 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Guilherme Frederico Victorio da Costa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Guilherme Frederico Victorio da Costa, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do 1.º anno sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Saydo Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2049 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Pedro Muniz Barreto de Aragão.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte Pedro Muniz Barreto de Aragão, depois de exhibir attestado de approvação em historia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2050 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Antonio Francisco Pereira de Carvalho.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Antonio Francisco Pereira de Carvalho, depois de exhibir attestado de approvação de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2051 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno José Moreira da Silva Junior.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte, que frequenta como ouvinte, o alumno José Moreira da Silva Junior, depois de exhibir attestado de approvação de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2052 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.° anno medico da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno Manoel Carlos Devoto.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado a mandar desde já admittir á matricula do 1.° anno medico da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno Manoel Carlos Devoto, o qual só poderá prestar exame das materias do mesmo anno depois de examinado e approvado em portuguez, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Mágestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2053 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Francisco Duarte Cruz Netto.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir desde já á matricula do 1.º anno medico na Faculdade da Côrte o estudante Francisco Duarte Cruz Netto, o qual, só depois de approvado em historia, preparatorio que lhe falta, poderá ser admittido a exame das materias do mesmo anno.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2054 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo o alumno Francisco Eulalio do Nascimento e Silva.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdadade de Direito de S. Paulo, que frequenta como ouvinte, o alumno Francisco Eulalio do Nacimento Silva, depois de exhibir attestado de approvação de geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2055 DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Carlos Fernandes Eiras.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o estudante ouvinte Carlos Fernandes Eiras, depois de exhibir attestado de approvação em geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2056 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno José Antonio de Almeida.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte José Antonio de Almeida, depois de exhibir attestado de approvação de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2057 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Olympio de Barcellos.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte Olympio de Barcellos, depois de exhibir attestado de approvação de geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2058 DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Edgard Luiz de Gouvêa.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte Edgard Luiz de Gouvêa, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado no preparatorio de geometria, que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 5 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 5 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2059—DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte João Baptista de Castro Rabello Junior.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte João Baptista de Castro Rabello Junior, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado com o exame de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2060 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Gaspar Menezes Vasconcellos de Drummond Filho.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar admittir á matricula do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Gaspar Menezes Vasconcellos de Drummond Filho, depois de exhibir approvação de geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2061 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Côrte o alumno Alfredo Augusto da Costa Machado.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Côrte o alumno Alfredo Augusto da Costa Machado, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2062 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Manoel da Silva Queiroz.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Manoel da Silva Queiroz, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2063 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Isaias Guedes de Mello.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Isaias Guedes de Mello, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado nos preparatorios de arithmetica e geometria que lhe faltam.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871. — *José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2064 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante José Ferreira de Bastos Coelho.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar matricular no 1.º anno medico da Côrte o estudante José Ferreira de Bastos Coelho, prestando este o exame das materias respectivas logo que faça o de geometria, preparatorio unico que lhe falta, e que por enfermidade deixou de fazer.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2055 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os exames de latim e francez feitos pelo alumno Francisco José de Oliveira na Instrucção Publica da Côrte.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade Medica da Côrte os exames de latim e francez feitos pelo alumno Francisco José de Oliveira na Instrucção Publica da Côrte, não obstante ter-se vencido o prazo de quatro annos.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2066 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Declara que os exames de preparatorios feitos em qualquer das Faculdades de Direito e de Medicina e das Escolas Central, Militar e de Marinha serão válidos em todas essas Faculdades e Escolas.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Os titulos de approvação nos exames preparatorios feitos perante qualquer das Faculdades de Direito e de Medicina, assim como nas Escolas Central, Militar e de Marinha serão válidos em qualquer outra.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2067 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Bahia o alumno ouvinte Saturnino Ferreira de Carvalho.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Bahia o alumno ouvinte Saturnino Ferreira de Carvalho, depois de exhibir certidão de approvação no exame de geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2068 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 5.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia, a que assiste como ouvinte, o alumno Pedro Augusto Pereira da Cunha.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar fazer exame do 5.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia, a que assiste como ouvinte, ao alumno Pedro Augusto Pereira da Cunha, depois de mostrar-se habilitado nas materias do 4.º anno, em que se acha matriculado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2069 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Frederico Augusto Borges.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Frederico Augusto Bórges, depois de exhibir certidão de approvação no exame de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2070 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte do mesmo anno Helvecio Xavier Lopes.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte do mesmo anno Helvecio Xavier Lopes, depois de exhibir certidão de approvação de philosophia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2071 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco Bahia da Rocha Junior.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar prestar exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco Bahia da Rocha Junior, depois de approvado no preparatorio de historia que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2072 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.° anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Manoel Pinto Damaso.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.° anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Manoel Pinto Damaso, depois de exhibir approvação de inglez e portuguez, preparatorios que lhe faltam.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2073 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Melchiades Corrêa Garcia.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Melchiades Corrêa Garcia, depois que o mesmo se achar approvado no exame do preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1871.—*José Vicente Jorge.*

DECRETO N. 2074 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante José Bandeira de Mello.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno na Faculdade de Direito do Recife o ouvinte José Bandeira de Mello, depois de approvado em geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2075 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno Marcos Rodrigues de Jesus Madeira.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Bahia o alumno ouvinte Marcos Rodrigues de Jesus Madeira, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado com o exame de geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2076 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno João Antonio de Barros Henriques.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno pharmaceutico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte João Antonio de Barros Henriques, depois de mostrar-se approvado em portuguez, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2077—DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno Benedicto Galvão Pereira Baptista.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte Benedicto Galvão Pereira Baptista, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado com o exame de historia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871. —*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2078 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico o estudante do curso pharmaceutico Martinho Gomes Freire de Andrade.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico o alumno matriculado na aula de pharmacia, e ouvinte da de anatomia, Martinho Gomes Freire de Andrade, depois de exhibir certidão de approvação de historia, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2079 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno do curso pharmaceutico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte do mesmo anno Nicoláo Lobo Vianna.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno pharmaceutico, na Faculdade da Côrte, o alumno ouvinte do mesmo anno Nicoláo Lobo Vianna, depois de approvado em geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2080 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno ouvinte Auxencio da Costa Lima.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno na Faculdade de Medicina da Bahia o ouvinte Auxencio da Costa Lima, depois de approvado em geometria, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2081 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Adolpho Tacio da Costa Cirne.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno ouvinte Adolpho Tacio da Costa Cirne, depois de se mostrar approvado em geometria e portuguez, preparatorios que lhe faltam.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2082—DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os alumnos ouvintes Vicente Ferreira Souto Maior e José da Cunha Souto Maior.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte os alumnos ouvintes Vicente Ferreira Souto Maior e José da Cunha Souto Maior, depois de approvados em historia, unico preparatorio que lhes falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2083 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte Augusto Cesar das Chagas.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte Augusto Cesar das Chagas, o qual não poderá ser admittido a exame das respectivas materias sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2084—DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno João Manoel Guedes Alcoforado.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno ouvinte João Manoel Guedes Alcoforado, depois de exhibir certidão de approvação em algebra, unico preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.— *André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2085 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte João Baptista Barbosa Guimarães.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno ouvinte João Baptista Barbosa Guimarães, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio de latim que lhe falta.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1871.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

DECRETO N. 2086 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para conceder ao 2.º Official da Secretaria da Guerra, Modesto Benjamin Lins de Vasconcellos, um anno de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder ao Segundo Official da Secretaria da Guerra, Modesto Benjamin Lins de Vasconcellos, um anno de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 9 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicou-se nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 10 de Outubro de 1871. — *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 2087 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo a mandar admittir o alumno Joaquim Diniz Cordeiro aos exames do 3.º anno da Escola de Marinha, depois de approvado nas materias da 1.ª cadeira do 2.º anno.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir o alumno Joaquim Diniz Cordeiro aos exames do 3.º anno da Escola de Marinha, depois de approvado nas materias da 1.ª cadeira do 2.º anno, unicas que lhe faltam.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1871.—*Duarte de Azevedo.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 10 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 13 de Outubro de 1871. — *Francisco Xavier Boutempo.*

DECRETO N. 2088 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 2.º anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno do 2.º anno pharmaceutico Antonio Vieira de Rezende.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar matricular no 2.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno do 2.º anno pharmaceutico Antonio Vieira de Rezende, aceitando-se-lhe o exame de inglez feito na Escola de Marinha, e não podendo ser admittido ao das respectivas materias sem mostrar-se approvado no exame de anatomia, que lhe falta para completar o 1.º anno medico.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 21 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2089 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1871.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das materias do 2.° anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o alumno ouvinte Francisco Rodrigues de Camargo.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° E' o Governo autorizado para mandar que o alumno do 1.° anno medico da Faculdade da Côrte, Francisco Rodrigues de Camargo, seja admittido a prestar exame das materias do 2.° anno que frequenta como ouvinte, depois de approvado em anatomia, unica materia que lhe falta para completar o 1.° anno.

Art. 2.° São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 21 de Outubro de 1871.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 2090 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1871.

Approva as pensões concedidas a Angelica Maria de Jesus, e a outra.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.° Ficam approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 16 de Agosto de 1871: de 18$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a Angelica Maria de Jesus, mãi do Alferes do exercito João Barbosa de Brito, fallecido em consequencia de molestias adquiridas na campanha do Paraguay, e a D. Carolina Leopoldina Gomes d'Avila, mãi do Alferes do 8.° batalhão de infantaria José Gomes da Silva, morto no combate de 16 de Julho de 1866.

Art. 2.° Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Outubro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*

Transitou em 25 de Outubro de 1871. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 27 de Outubro de 1871. — *Fausto Augusto de Aguiar.*